



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMO
BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

TATIANA CORDEIRO DO NASCIMENTO

MÍDIA E FEMINICÍDIO:
UMA RELAÇÃO PERVERSA ENTRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E OS
ASSASSINATOS DE MULHERES NO BRASIL

SALVADOR
2019

TATIANA CORDEIRO DO NASCIMENTO

MÍDIA E FEMINICÍDIO:
UMA RELAÇÃO PERVERSA ENTRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E OS
ASSASSINATOS DE MULHERES NO BRASIL

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade.

Orientadora: Prof. Dra. Mariangela Nascimento

SALVADOR
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DO NASCIMENTO, TATIANA CORDEIRO
MÍDIA E FEMINICÍDIO: UMA RELAÇÃO PERVERSA ENTRE OS
MEIOS DE COMUNICAÇÃO E OS ASSASSINATOS DE MULHERES NO
BRASIL SALVADOR 2019 / TATIANA CORDEIRO DO
NASCIMENTO. -- Salvador, 2019.
72 f. : il

Orientador: Mariangela Nascimento.
TCC (Graduação - Estudos de Gênero e Diversidade) --
Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2019.

1. Mídia. 2. Femicídio. 3. Machismo. 4. Gênero. 5.
Mulheres. I. Nascimento, Mariangela. II. Título.

TATIANA CORDEIRO DO NASCIMENTO

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade.

Aprovado em ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariângela Moreira Nascimento (Orientadora)
1º. Examinador

Dra. Marcia Teixeira - Promotora do Ministério Público da Bahia
2º. Examinadora

Ms. Hilda França – Mestre em Literatura e Cultura – pesquisadora das culturas
Identitárias afrodiáspóricas

Dedico este trabalho à memória de todas as mulheres vítimas de feminicídio, mulheres que tiveram suas vozes silenciadas. Em especial (in memoria) de Mayana Barbosa e sua filha Dandara Barbosa. Por todas vocês continuarei lutando com bravura e coragem, pelo direito de vida das mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Breno Luiz por ser minha maior inspiração na vida e por estar ao meu lado sempre. A minha mãe, Anita, pela paciência e cuidado. Agradeço também ao meu querido pai Pedro do Nascimento, minha primeira referência de amor. Aos meus irmãos Rafael do Nascimento, Marcelo do Nascimento e Pedro do Nascimento por me acompanharem nessa jornada, agradeço também a dona Aurelina que todo dia me faz acreditar que a vida é realmente maravilhosa!

Aos meus amigos, compadres e irmãos de alma que eu tanto amo, Anderson Couto e Hegel Aguiar, que sempre estiveram comigo nos momentos mais complexos da minha vida.

Agradeço às amigas sensacionais que também são minhas companheiras de caminhada: Mariana Santos, minha filha emprestada tão amada; Cristiane Sampaio por sua garra e força que sempre me motivaram; Luciana Sá que sempre esteve do meu lado nesse jornada; minha comadre Edileusa Santos; minha amiga e irmã de coração, Andrea Bastos. Agradeço também às minhas amadas Valdirene Rosa e Milena Antero por todo carinho comigo e muitas outras tantas mulheres que me ajudaram a chegar aqui.

Aos meus queridos colegas do Onda Digital (UFBA): Paloma Marques que compartilhou da sua inteligência e objetividade da forma mais doce possível; Robson Souza, que intuitivamente me ajudou a construir esse trabalho; Juliana Oliveira, pela confiança depositada em mim; e Victor Edvani, pelo sorriso que ilumina nossas reuniões.

Agradeço aos mestres que fazem parte dessa conquista, minha querida orientadora Mariângela Nascimento, meu estimado coordenador de grupo de pesquisa Onda Digital, professor Ecivaldo Matos. Agradeço também a minha inspiradora coordenadora de estágio no Ministério Público, Dra. Márcia Teixeira, ao meu querido professor e grande incentivador Ailton Ferreira.

A equipe do Curuvito Bar: Seu Beto, Lindoilson e Sandra e os demais companheiros frequentadores das terapias das madrugadas!

Aos meus colegas da graduação, Valdomiro Nascimento com sua alegria de sempre, que me ajudou a deixar a vida acadêmica mais leve, Antônio Marcos por seu carinho, companheirismo e amizade, Josenilton Conceição pelas conversas e afeto, e ao amigo Marcos Antônio – Marquinho (in memoria), que se referia a mim como seu “anjo”, sempre dizia que eu merecia mais na vida... sei que de alguma forma você está presente comigo nessa conquista.

Obrigada!

NASCIMENTO, Tatiana Cordeiro do. **Mídia e Femicídio: Uma relação perversa entre os meios de comunicação e os assassinatos de mulheres no Brasil**. 71 pgs. 2019. Monografia. -Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

A pesquisa apresentada tem o intuito de mostrar como uma parte da mídia colabora de alguma forma para banalização do crime de feminicídio na sociedade Brasileira, crime este que no Brasil possui altos índices de ocorrência. A escolha do tema se deu através de pesquisas realizadas ao longo da minha permanência no curso de gênero e diversidade, o estudo analisa a forma como a mídia retrata os crimes de feminicídio, nesse contexto algumas reportagens foram escolhidas como base de pesquisa, e três casos de mortes de mulheres foram o ponto de partida para a construção deste trabalho. Os casos de feminicídio perpetrados contra Helem Moreira, Mayara Amaral e Eliza Samudio, os veículos de informação que noticiaram os crimes e me chamaram atenção devido à narrativa e as fotos das matérias são: portal de notícias do jornal Correio da Bahia no caso de Helem Moreira e nos casos de Mayara Amaral e Eliza Samudio foram à revista Veja e a Revista Placar respectivamente. Neste sentido a pesquisa constatou que a mídia tem um papel relevante para manutenção das desigualdades de gênero, ainda que hoje exista muita luta de movimentos de mulheres reivindicando o direito à vida, muitos meios de comunicação continuam se utilizando de mecanismos que colocam a vítima mulher como responsável de alguma forma por sua morte.

Palavras-chave: Mídia; Femicídio; Machismo; Gênero; Mulheres;

NASCIMENTO, Tatiana Cordeiro do. **Media and Femicide: A perverse relationship between the media and the murders of women in Brazil.** 71 pgs. 2019. Monografia. -Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

The research presented is intended to show how a part of the media collaborates in some way to trivialize the crime of femicide, a crime that in Brazil has high rates of occurrence. The choice of the theme was through research conducted during my stay in the course of gender and diversity, the study analyzes how the media portrays the femicide crimes, in this context some reports were chosen as a research base, and three cases. of women's deaths were the starting point for the construction of this work, the cases of femicide against Helem Moreira, MayaraAmaral and Eliza Samudio, the information vehicles that reported the crimes and caught my attention due to the narrative and the photos of the stories. are: news portal of the newspaper Correio da Bahia in the case of Helem Moreira and in the cases of MayaraAmaral and Eliza Samudio were Veja magazine and Placar magazine respectively. In this sense, the research found that the media has a relevant role to play in maintaining gender inequalities, although today there is a great deal of women's movements claiming the right to life, many media continue to use mechanisms that place the female victim as responsible in some way for his death.

Key Words: Media; Femicide; Chauvinism; Genre; Women

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FEMINICÍDIO NO BRASIL.....	12
2.1 CONCEITUANDO FEMINICÍDIO NO BRASIL.....	12
2.2 O COMBATE A MORTE DE MULHERES NO BRASIL	16
2.3 FEMINICÍDIO, COR E CLASSE SOCIAL	20
3. MÍDIA E FEMINICÍDIO.....	28
3.1 A COMUNICAÇÃO E SEU PODER DE ALCANCE	29
3.2 MÍDIA BRASILEIRA QUE JULGA MULHERES.....	33
3.3 O MACHISMO ESTAMPADO EM REPORTAGENS	36
4 ESTUDO DE CASO: HELEM, MAYARA E ELIZA: VIDAS E SONHOS INTERROMPIDOS PELO FEMINICÍDIO	44
4.1 A INTERRUPTÃO DO SONHO DE UMA PEDAGOGA- HELEM MOREIRA ..	46
4.2 UM VIOLÃO EM SILÊNCIO: MAYARA AMARAL	49
4.3 O PEDIDO DE SOCORRO NÃO ATENDIDO - ELIZA SAMUDIO	53
5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	63

1 INTRODUÇÃO

Ser mulher no Brasil é um desafio constante, pois toda história do país é marcada de muita violência e de violação dos direitos humanos, por isso os reflexos negativos do “descobrimento” do território brasileiro podem ser nitidamente vivenciados nos dias atuais.

Muitas são as questões que precisam de atenção na sociedade brasileira, a exemplo da discrepância de classes, o racismo, a homofobia e inúmeras outras demandas. Todavia nesse trabalho de conclusão de curso minha proposta é abordar o feminicídio e o tratamento que a mídia dá a esse tipo de crime, visto que o Brasil possui raízes machistas muito densas que colocam as mulheres em situação de desvantagens em relação aos homens em praticamente todas as esferas sociais.

É assustador saber que enquanto digito a introdução do meu trabalho, que em média levará duas horas, duas mulheres ou mais serão assassinadas em algum lugar do país; é o que revela a pesquisa realizada em 2018 pelo portal G1¹, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Apesar dos avanços jurídicos, a exemplo da Lei Maria da Penha² de 2006 e da Lei 13.104/2015³ qualificadora do crime de feminicídio, o Brasil continua a acumular mortes em decorrência da desigualdade de gênero, mortes que por muitas vezes são cometidas pelos “companheiros”, namorados, maridos, “ficantes”, ou seja, pessoas muito próximas das vítimas.

Carmem Rial (2007) em seu artigo “Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na guerra do Iraque”, fala da omissão da mídia em relação aos casos de estupros cometidos contra mulheres na guerra do Iraque por soldados norte-americanos. A crítica de Rial me remeteu à mídia brasileira que por vezes, além de selecionar as vítimas de feminicídio que merecem cobertura da imprensa, ainda pré-julgam essas mulheres.

¹NO BRASIL, uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência. G1 Portal de Notícias da Globo, 2019.

²BRASIL, Presidência da República Da. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 26 jun. 2019.

³BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 12 de abr. 2017.

Assim como não há novidade nas guerras hoje também não há novidade nos estupros de guerra, pelo menos não em estupros tais como os perpetrados no Iraque por homens em uniforme do exército norte-americano. Por que então redigir um ensaio sobre o tema? Para tentar compreender, não o excepcional, mas o corriqueiro. Para ir além de uma simples denúncia e buscar uma reflexão sobre o ato e sobre o silêncio da mídia diante dele. O que espanta, talvez, seja o grande silêncio em torno desse tema que só aos poucos vai sendo abordado, ainda assim em relatórios das Nações Unidas, livros e artigos acadêmicos mais do que no mediascape. Tragicamente, a violência contra as mulheres nos conflitos armados aparece como uma preocupação restrita a uma parte bem localizada da comunidade internacional, próxima do ideário do movimento feminista. Então ao que parece a mídia não se preocupa muito com a violência contra as mulheres (RIAL, 2007, p. 19).

Há muito tempo tenho observado como os meios de comunicação de alguma forma “justificam” ou “explicam” atos violentos cometidos por homens contra suas parceiras. Tais como: “matou esposa, pois achou mensagens de outro homem no celular”, “descobriu que a noiva tinha uma amante, e tomado pela raiva matou a mulher” no que parece ser um acordo de solidariedade entre mídia e homens de “honra ferida” que se sentem no direito de tratar suas companheiras como propriedade privada.

A mídia, como produtora de discursos e símbolos, fabrica padrões que servem de modelo para o público orientar o modo de agir e de pensar. Ajudando ainda a padronizar comportamentos sociais e a construção de identidades influenciando nos mais diversos setores do Estado.

Quando comecei minha pesquisa e me deparei com frases do tipo: “crime de paixão” ou “defesa da honra”, termos utilizados inclusive em tribunais por advogados/as de defesa de feminicidas. Pode-se constatar que a solução da violência contra a mulher no Brasil é um problema extremamente complexo, visto que o assassinato de mulheres são mortes que contam com a omissão e descaso de várias esferas da sociedade, diante da falta de ação efetiva de grande parte das instituições públicas.

Ao acompanhar reportagens em jornais, revistas, internet ou na televisão com histórias de assassinatos de mulheres, é perceptível a necessidade desses meios de comunicação de explicar a motivação do crime, justificativas que comumente estão associadas a algum comportamento “inadequado” da mulher. Cresci com a ideia que as mulheres sempre deveriam se manter comportadas, para que nada de mau as acontecessem, eu estava aprendendo gradativamente com os veículos de

informação, que as mulheres eram as “culpadas” pelas reações violentas masculinas, o que influenciou diretamente na minha forma de pensar e agir, com o tempo, antes mesmo de ter acesso a estudos sobre desigualdade de gênero, comecei a questionar os fatos e pude concluir que o feminicídio é um crime de ódio e que os seus autores podem até tentar explicar suas ações com a desculpa de “amar demais”, mas é notório que existe uma relação de dominação e maldade que os feminicidas nutrem por suas vítimas, longe de qualquer referencia de sentimento de amor. “As mulheres, ao longo dos tempos, têm sido constantemente barradas no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder” (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Nesse trabalho de final de curso, as pesquisas e estudos foram estruturados em uma introdução, três capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo foi organizado em três subcapítulos visando à introdução do tema e a explanação do quadro de feminicídio no Brasil. No subcapítulo 1.1 apresento o conceito de feminicídio, no subcapítulo 1.2 trato das medidas de combate a morte de mulheres no Brasil, no subcapítulo 1.3 faço referência transversal de feminicídio, raça e classe social. No segundo capítulo apresento uma análise da mídia e morte de mulheres, trazendo alguns casos da realidade machista e o comportamento midiático diante desses crimes; no subcapítulo 2.1, relato um pouco da história da comunicação e seu poder de alcance; no subcapítulo 2.2, analiso o comportamento da mídia brasileira ao julgar as mulheres nessa situação de violência; no subcapítulo 2.3, apresento algumas reportagens que mostram o machismo e a misoginia em suas publicações.

No terceiro e último capítulo apresento três casos de feminicídio, relatando e analisando a história de três mulheres vítimas de violência: Helem Moreira, Mayara Amaral e Eliza Samudio. Para melhor ilustrar os casos apresentados nesse capítulo, trago reportagens sobre os crimes que vitimaram essas mulheres: revista Veja, revista Placar e do site Correio da Bahia. Reportagens que orientaram a minha pesquisa e estudo sobre mídia e feminicídio. Ao fim deste trabalho, procuro analisar a questão central: mídia e feminicídio, apresentando alguns conceitos como desigualdade de gênero e social, racismo, violência, machismo, fatores presentes na sociedade brasileira que corroboram para a desqualificação das mulheres, que passam de vítima da violência para responsáveis pela própria morte.

2 FEMINICÍDIO NO BRASIL

O feminicídio é o termo empregado para designar o assassinato de uma mulher pelo fato de ter nascido mulher; é uma violência pautada no gênero. A definição do dicionário Houaiss da Língua Portuguesa para o termo, é de que: “femis” deriva de “femin”, cuja origem é grega e significa “manifestar seu pensamento pela palavra, dizer, falar, opinar”. Já o final, “cídio” deriva do latim “cid/um”, cujo significado remete à expressão “ação de quem mata ou o seu resultado” (HOJAISS, 2001).

Foi em 1976 que o termo feminicídio foi utilizado como definição de morte pela questão de gênero. Essa denominação ganhou relevante significância durante as sessões do Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas na Bélgica. O intuito deste tribunal foi trazer à tona as mortes de mulheres nos Estados Unidos e no Líbano. Foi nesse momento o nome da ativista pelo direito das mulheres, ⁴Diana Russell, desponta na história como a primeira feminista a fazer uso da palavra feminicídio, Russell afirma que as ações contra as mulheres são uma representação da misoginia e que essas ações deveriam ser apresentadas e julgadas como feminicídio. Em parceria com Jill Radford, lançou em 1992 o livro “Femicide: the politics of woman killing”, composto por diversos artigos de militantes dos direitos humanos das mulheres sobre o tema relacionado à violência contra as mulheres, entre os anos 1980 e 1990 (RADFORD; RUSSELL, 1992).

2.1 CONCEITUANDO FEMINICÍDIO NO BRASIL

O Brasil está na lista dos países que mais mata mulheres no mundo, segundo Waiselfisz (2015), o país possui uma taxa de 4,8 assassinatos por 100 mil mulheres e ocupa a quinta posição em um ranking de 83 nações.

⁴Diana Russel utilizou o termo feminicídio em 1976 durante um depoimento perante o Tribunal de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas.

No VIII Encontro Nacional para o Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar promovido pela Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), com o apoio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), do Ministério Público da Bahia, ocorrido no ano de 2017, a coordenadora do CAODH, promotora de justiça Márcia Teixeira, falou da importância das mulheres que atuam no meio jurídico e ressaltou: “Há a necessidade de ocuparmos, enquanto mulheres, espaços nas mais diversas áreas de representação institucional” (CORREIO, 2019, s.p). A coordenadora também afirmou que o momento é de resistência, diante do aumento dos índices de mortes e de crimes praticados contra mulheres.

Muitos pesquisadores na contemporaneidade têm se dedicado ao estudo do feminicídio, a doutora em demografia, Jackeline Aparecida Ferreira Romio (2017), realizou um estudo, intitulado: “Femicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde”. Na pesquisa, a autora identifica três tipos de feminicídio: feminicídio doméstico (habitualmente cometido no espaço da residência); o feminicídio reprodutivo (mortes de mulheres por aborto); e o feminicídio sexual (quando a morte decorre de violência sexual).

Romio pautou sua pesquisa baseada nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, entre 2009 e 2014. Nesse período, o SINAN constatou que metade das mulheres mortas por agressão no país foi assassinada dentro da própria casa. A pesquisa também concluiu que o maior número de feminicídios domésticos ocorreu na faixa de 15 a 49 anos, de 2009 a 2014 foram mortas 5.598 mulheres nesta mesma faixa etária, do total de 7.707 feminicídios.

Esse tipo de estudo voltado para análise de mortes violentas de mulheres no Brasil é de extrema relevância para que surjam mais políticas públicas voltadas às questões de gênero no país, o que gradativamente conduzirá o Estado a cumprir com seu papel constitucional de proteção à vida e evitará que expressões do tipo: “legítima defesa da honra” ou “crimes de paixão” sejam utilizadas juridicamente como argumento de defesa de assassinos.

A professora da Universidade de Brasília, Lourdes Bandeira (2018), estudou a morte de mulheres no Brasil, com mais 1.7 mil casos pesquisados entre os anos de 2015 a 2017, e explica que, 70% dos casos de assassinatos de mulheres são tratados como “crime de paixão” e da “honra”. Ela destaca na pesquisa algumas das

“motivações” para que ocorra o feminicídio, dentre elas estão mulheres que querem se separar e o companheiro não aceita, suspeita de adultério e dificuldade de aceitar que a ex-esposa possa seguir a vida de solteira.

É notada uma crueldade nos crimes. Espancamentos, diversas facadas e tiros. Para o homem, a mulher não o querer é um ataque contra a sua virilidade. Eles sentem que falharam diante de uma sociedade sexista e patriarcal onde a mulher ainda é vista como parte do pertencimento do homem (BANDEIRA, 2018, p. 2).

A crueldade utilizada nos crimes contra mulheres citada por Bandeira muito tem haver com a forma que os homens são treinados a detestar tudo que é feminino. Crianças do sexo masculino são ensinadas a se distanciar o mais rápido possível de qualquer tarefa, brincadeira ou modo de ser que se aproxime do que às meninas fazem. Cultivando neles um “natural” desprezo pelas mulheres.

Nos anos 2000 a escritora Luiza Eluf lançou seu livro *A Paixão no Banco dos Réus*, obra que trata de crimes passionais de destaque no Brasil. Eluf que foi a primeira mulher casada e com filhos a entrar para o Ministério Público de São Paulo, atuou como procuradora da justiça e em entrevista concedida a revista ISTOÉ Gente ela opina sobre os crimes cometidos contra mulheres dizendo:

Não é por amor mesmo. É paixão que se transforma em ódio. O que leva à morte é o ódio feroz porque a pessoa foi rejeitada. É uma série de sentimentos baixos, ruins, que levam ao assassinato. O ciúme é um sentimento que todo mundo conhece e sabe que provoca raiva, humilhação (ELUF, 2002, p. 1).

Ao avaliar que a morte não pode ser associada ao amor, a escritora acertadamente colabora para a desconstrução da romantização da ideia do homem que ama demais e não sabe viver sem seu “objeto” de desejo. Trago aqui o termo objeto propositalmente, pois a conduta de muitos feminicidas remete à ideia de mulher objeto, ou seja, “Os homens sempre quiseram mandar nas mulheres por isso se viram no direito de matar” (ELUF, 2007, p. 1).

Diante das muitas histórias de crimes contra mulheres, o drama vivido pela farmacêutica Maria da Penha ganhou destaque no país devido à sucessão de violências sofrida pela vítima, violências advindas tanto de seu agressor como pelo Estado brasileiro, no seu livro “Sobrevivi... Posso Contar” (FERNANDES, 2012).

A escritora retrata sua angustiante rotina com seu “companheiro”. O desenrolar dos fatos desde quando o casal se conhece até o momento das tentativas de feminicídio mostra um padrão similar no comportamento de homens feminicidas o que envolve a construção da imagem do agressor como um homem de bem no meio social.

A promotora de justiça Silvia Chakian (2016, pg. 5) afirma que: “O perfil do homem que pratica violência contra a mulher é muito diferente do criminoso comum. Via de regra, é alguém popular, com fama de bom moço, bom trabalhador”.

Em 1983, quando o ex-marido de Maria da Penha cometeu a primeira tentativa de feminicídio contra ela, ele foi condenado em 1996 e ficou apenas dois anos preso. Quando sofreu o primeiro atentado e tomou o tiro que a deixou paraplégica, Maria da Penha estava dormindo, seu marido afirmou que a casa tinha sido invadida por bandidos. Na segunda tentativa de matar a companheira, Marcos Antônio tentou eletrocutá-la no banho, dessa vez, Maria foi salva pela cuidadora de suas filhas que ao ouvir os pedidos de socorro veio ao seu auxílio. O acusado de atentar contra a vida de Maria da Penha, Marcos Antônio ganhou da mídia a oportunidade de contar sua versão dos fatos, que segundo ele é uma farsa armada pela sua ex-mulher (VIVEROS, 2011).

Em entrevista concedida à revista ISTOÉ no ano de 2011, ele afirma que foi vítima de Maria da Penha a quem se refere como “demônio”. Ele diz que ela o transformou em um monstro que seu único defeito como marido foi ter sido infiel e que, na verdade, nunca tentou matá-la. A negativa ou tentativa de atenuação do crime de feminicídio também figura como uma característica comum dos agressores. Justificativas do tipo “não foi bem assim”, “perdi a cabeça por culpa dela” são ouvidas com frequência nas delegacias e tribunais que lidam com esse tipo de situação.

As pesquisadoras Souza, Ximenes e Souza (2017) fizeram um levantamento em seu trabalho de conclusão do curso em direito, intitulado de “Anverso: a perspectiva do condenado no cumprimento da pena na lei Maria da Penha”, onde revela que 65,4% dos agressores disseram que as vítimas deram motivos para apanhar. Nessa pesquisa foram feitas 60 entrevistas, entre fevereiro e março do ano de 2017, os denunciados que participavam da primeira audiência do cumprimento da pena foram convidados a responder, em 20 minutos, um questionário de perguntas.

A pesquisa concluiu que, 61,9% deles se sentiam parcialmente ou totalmente injustiçados; 50,9% insistiam não ter cometido erro algum e 68,2% negaram que a violência doméstica seja um comportamento inapropriado. Para 58,2% dos agressores entrevistados, a violência não é considerada um ato ilegal ou ilícito e 65,4% reclamaram de terem recebido uma “punição excessiva”, sendo que esse mesmo percentual alegou que a vítima provocou, dando motivos para ser agredida.

Nada satisfazia Marco, nada o agradava. Eu vivia tensa, procurando evitar que as crianças quebrassem algum brinquedo, fizesse alguma traquinagem ou descumprissem alguma ordem do pai. Ele não suportava o choro das filhas e usava de violência quando isso acontecia. Era comum, à sua aproximação, elas “engolirem” o choro. Um simples olhar dele já as intimidava (FERNANDES, 2012, p. 10).

Maria da Penha lançou um livro contando todo drama vivido na época de casada. Sua obra se transformou em um instrumento para que o Brasil fosse denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), resultando na condenação internacional do país pela omissão do Estado.

A biografia escrita por Maria da Penha tornou-se um marco no país, porém a banalização da violência ainda persiste e colabora para o aumento de crimes. Apesar das medidas mais recentes que tornaram os crimes cometidos contra mulheres juridicamente mais danosos e mesmo com toda luta da união das mulheres em prol do seu direito à vida, muitos homens continuam reforçando a ideia de que o sexo feminino precisa se submeter às demandas do sexo masculino sejam elas quais forem.

Mesmo com todo debate em torno do assunto fica explícito que variadas medidas de proteção às mulheres precisam ganhar mais corpo e efetividade para que física e mentalmente essas mulheres possam continuar existindo.

2.2 O COMBATE A MORTE DE MULHERES NO BRASIL

A estrutura de poder que envolve a violência contra a mulher é histórica e também se encontra fundamentada na naturalização das diferenças de gênero. Como bem define a escritora Gayle Rubin: “Como definição preliminar, um sistema

de sexo/gênero é o conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 159).

O aspecto apresentado por Rubin é compatível com a ideia difundida socialmente em várias culturas da divisão de tarefas entre homens e mulheres “naturalmente” advindas de suas condições biológicas. Aos homens ficam reservadas atividades mais braçais ou de comando, enquanto para as mulheres ficam reservadas as atividades mais “delicadas” compatíveis com sua “essência” mais sensível, ideias que partem em sua maioria de uma ideia de essência para classificar pessoas, por conseguinte alavancam as diferenças entre os sexos reforçando estereótipos.

Além da ideia difundida mundialmente de uma categoria única de mulheres, usando subterfúgios como “natureza feminina” para justificar diferenças de gênero, é importante destacar que o patriarcado é uma das grandes forças que mantém homens em posições privilegiadas em detrimento das mulheres. A doutora em sociologia Luiza Bairros afirma que a opressão patriarcal é um grande motivador das diferenças de gênero, pois:

O uso do conceito mulher traz implícito tanto a dimensão do sexo biológico como a construção social de gênero. Entretanto a reinvenção da categoria mulher frequentemente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal - passiva emocional etc - como forma de lidar com os papéis de gênero. Na prática aceita-se a existência de uma natureza feminina e outra masculina fazendo com que as diferenças entre homens e mulheres sejam percebidas como fatos da natureza. Dessa perspectiva a opressão sexista é entendida como um fenômeno universal sem que, no entanto, fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos históricos e culturais (BAIRROS, 1995, p. 459).

Bairros trata da complexidade das diferenças de gênero que desde sempre são naturalizadas. De fato existem diferenças biológicas, mas não somente entre homens e mulheres. Somos diversos por variados motivos para além do órgão sexual que habita o corpo das pessoas, por esse motivo que a equidade não devia ser exceção e sim, uma regra.

Em sua aclamada obra “O Segundo Sexo”, lançada em 1949, Simone de Beauvoir, por meio da análise dos papéis sociais desempenhados por mulheres dentro do contexto social, mostra de forma crítica como as mulheres, em vez de realizar-se por meio do trabalho e da criatividade, são obrigadas a seguir vidas monótonas, tendo filhos, cuidando da casa.

Em uma época que poucas mulheres ousaram expor suas opiniões, Beauvoir escancarou através da sua escrita o sistema cruel no qual as mulheres estavam compulsoriamente presas.

Contra toda afronta, contra toda tentativa de reduzi-lo a objeto, tem o homem o recurso de bater, de se expor aos golpes: não se deixa transcender por outrem, reencontra-se no seio de sua subjetividade. A violência é a prova autêntica da adesão de cada um a si mesmo, a suas paixões, a sua própria vontade, recusá-la radicalmente é recusar-se toda verdade objetiva, é encerrar-se numa subjetividade abstrata; uma cólera, uma revolta que não passam pelos músculos são coisas imaginárias (BEAUVOIR, 1975, p. 69).

No que tange às conquistas na luta pela criminalização da violência contra mulheres no país, as Leis já citadas nesta pesquisa; Lei Maria da Penha 11.340 de 7 de agosto de 2006 e a Lei 13.104 que trata do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, aprovada em 2015, figuram como avanços importantes na proteção das mulheres.

O surgimento da primeira DEAM (Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, 1985) é um marco na salvaguarda da vida das vítimas. Hoje as delegacias de proteção às mulheres estão espalhadas por vários locais do país. Sua função tem se estendido cada vez mais em decorrência de situações de criminalidade e violências diversas cometidas contra as mulheres. A Ronda Maria da Penha⁵ e as Casas abrigo também figuram como medidas que corroboram para proteger a vida de mulheres vítimas de violência.

Na contramão dos avanços e conquistas dos movimentos feministas, existem aqueles que procuram de alguma forma, desqualificar e relativizar a violência contra a mulher, a exemplo do juiz Gilvan Macêdo dos Santos, que atuou na vara de

5 Ronda Maria da PENHA: A Ronda Maria da Penha foi criada no dia 08/03/15 - pela Major da polícia do estado da Bahia, Denise Santiago. A Ronda Maria da Penha realiza visitas periódicas para acompanhamento de mulheres que tiveram a medida protetiva de urgência deferida pela Justiça.

violência doméstica do Tribunal de Recife em 2013. Na sua dissertação de mestrado escreveu sobre os problemas que a Lei Maria da Penha trouxe para sociedade, mais especificamente para o homem.

Ao ser questionado sobre sua tese o juiz justificou sua pesquisa afirmando que o sofrimento do homem ao ser enquadrado na lei Maria da Penha é inimaginável. A tese de mestrado do magistrado deu origem ao livro que foi divulgado no final de 2017, “A Discriminação do Gênero-Homem no Brasil em Face à Lei Maria da Penha” (SANTOS, 2017), vale ressaltar que a capa do livro traz a imagem de uma mulher golpeando um homem pelas costas. Depois da divulgação da imagem que estamparia a capa do livro o lançamento da obra foi cancelado por duas vezes, e em mais uma de suas declarações o autor afirmou que a referida lei não apenas fere o princípio constitucional da igualdade, mas também destrói as famílias e a dignidade masculina.

O debate em torno das medidas voltadas à salvaguarda da vida das mulheres é importante, pois mesmo aqueles que discordam dessas medidas precisam ser ouvidos, entretanto, diante da não interrupção de morte das mulheres no Brasil, faz-se necessário que tudo que já foi conquistado seja mantido no intuito de ampliar seu alcance.

Outro fator importante na luta contra violência de gênero é que o debate aconteça para além dos espaços acadêmicos, ampliando o campo participativo e colocando uma variedade de sujeitos para repensar seus papéis sociais. O dito popular “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, depois de tantos anos sendo usado de forma banal para justificar a não intervenção na vida de um casal, nunca esteve tão fora de contexto na sociedade Brasileira.

A diversidade de setores preocupados com a resolução da violência de gênero também tem alcançado uma amplitude maior nos últimos anos, ou seja, se antes os casos eram direcionados para polícia, na atualidade esse problema passou a ser visto como responsabilidade de vários setores da sociedade.

O promotor de justiça, Thiago Pierobom, da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica de Brasília, afirma que a violência de gênero é caso de saúde pública. Em entrevista concedida ao programa

– UnBTV Entrevista⁶ – ele explica que profissionais de saúde têm importância fundamental na ajuda às mulheres vítimas de violência, seja na orientação seja na quantificação de crimes. A partir de dados coletados por esses profissionais em seu atendimento, pode-se alcançar números mais precisos dos crimes de feminicídio e a partir desses números criar ações mais efetivas no combate a esse tipo de violência.

Na entrevista Pierobom destaca a importância dos profissionais do sistema de saúde como agentes ativos na salvaguarda da vida das mulheres. A violência contra as mulheres é considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde desde 1990.

2.3 FEMINICÍDIO, COR E CLASSE SOCIAL

Se nos primórdios do movimento feminista a união das mulheres exigia equiparação de direitos entre os gêneros, direito ao voto, liberdade sexual, dentre outros, na contemporaneidade as frentes que lutam por igualdade entre homens e mulheres também incluíram nas suas pautas a luta contra o feminicídio.

Em mais uma pesquisa sobre violência o Mapa da Violência - Homicídio de Mulheres no Brasil, afirma que em 2013 o número absoluto de homicídios femininos no Brasil foi de 4.762, o que corresponderia a 13 mulheres por dia. Um triste fenômeno que pode ser equiparado com os crimes de genocídio, visto que é um tipo de prática que atinge um número significativo de mulheres.

Outro dado que vale a pena ressaltar é o perfil do assassino, que na sua esmagadora maioria são pessoas muito próximas da vítima, o que se encaixa na pesquisa de Jackeline Aparecida Ferreira Romio (2017), já citada nesse trabalho, como feminicídio doméstico. Tina Chanter (2011), destaca a importância da união das mulheres no início da luta feminista, o que reverbera positivamente até hoje nas demandas contemporâneas.

⁶PIEROBOM, Thiago. Diálogos: Violência Contra a Mulher e Feminicídio. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d-1c_z1sagw. Acesso em: 05 abr. 2018.

A união de mulheres na luta contra as desigualdades de gênero e pelo direito de poder ter acesso ao voto, educação e vida pública podem ser considerados os grandes impulsionadores do movimento feminista no mundo e no Brasil. Os primeiros argumentos feministas enfocavam a injustiça do fato de as mulheres serem excluídas de algumas das atividades centrais, fundamentais para humanidade (CHANTER, 2011, p. 15).

A partir da ideia de mobilizar o maior número de pessoas contra a violência de gênero ações de iniciativa da população civil têm crescido consideravelmente. A Marcha Mundial das Mulheres é um dos exemplos de mobilização que vem crescendo ao longo dos anos e em 2011 o movimento estava organizada em 55 países, com ações regionais, no Brasil.

A Marcha Mundial das Mulheres começou em um encontro preliminar em 1998 e um encontro nacional em 1999. Atualmente a Marcha acontece no dia 8 de março, dia internacional da mulher e reúne centenas de pessoas. Muitas frentes de combate à violência têm surgido no país com recortes específicos, então se no passado o movimento feminista era hegemonicamente branco de classe média, hoje além de contar com varias frentes muitas realidades distintas endossam a luta, não que antes essas “novas” ativistas pelo direito das mulheres não estivessem em buscas de equidade. Porém durante muito tempo permaneceram na invisibilidade e silenciadas, dentre eles estão às frentes feministas em prol de mulheres negras e grupos que lutam pela causa das mulheres transexuais. Essas frentes criticam os padrões hegemônicos que excluem suas pautas e não as contemplam em suas ações ligadas à proteção de mulheres.

A escritora Djamilia Ribeiro (2016) afirma que é preciso resistir à tentação da universalidade, porque ser universal, nessa questão (feminismo), é também excluir. Algumas correntes têm definido o feminismo a partir de uma ideia única, como se coubessem todas as mulheres dentro de uma mesma categoria, o que tende a padronizar uma questão que se desdobra pela sua diversidade. Consequentemente exige o reconhecimento das pluralidades dos movimentos feministas.

Dentro dessa lógica, a teoria feminista também acaba incorporando esse discurso e estruturando o discurso das mulheres brancas como dominante. Nesse sentido, contra discursos e contra narrativas não são importantes somente num sentido epistemológico, mas também no de reivindicação de existência (RIBEIRO, 2016, p. 5).

A questão racial no movimento feminista tem sido motivo de muita discussão, isto é, organizações de mulheres negras têm reivindicado seu espaço na luta pela igualdade de gênero e contra o racismo, partindo das especificidades que circundam o universo feminino negro, visto que, em sociedades machistas e racistas as mulheres negras passam por dois ou mais tipos de opressão, intersexionando as discriminações, e agravando a situação dessas mulheres.

Sendo o Brasil um país construído sobre a égide do machismo e do racismo, pode-se concluir que mulheres negras são vítimas constantes de micro e macro violências. Sobre essa questão a escritora e doutoranda em estudos feministas Carla Akotirene (2016), em entrevista publicada no portal do jornal A Tarde da Bahia, sobre o tema solidão da mulher negra acredita que: "Quanto mais preta, mais pigmentada a pele, pior o tratamento", se referindo ao tratamento dispensado para as mulheres negras.

Ao ser questionada sobre relacionamentos afetivos, Akotirene afirma que "Sou alguém que nunca foi escolhida para viver uma relação de amor" (AKOTIRENE, 2016, p. 4). A fala de Akotirene remete a uma ideia de exclusão, ao afirmar que quanto mais escura a pele pior o tratamento e que nunca foi escolhida para viver uma relação de amor, assim, a escritora só confirma o que as pesquisas mostram. Os crimes de feminicídio no Brasil têm como maioria mulheres negras, mulheres essas que sofrem com o ódio gratuito e a solidão afetiva nas variadas relações sociais. A falta de amor direcionada às mulheres negras é um convite para loucura. Visto que em uma sociedade onde se supervaloriza o amor romântico, seja nas novelas, filmes e discursos. Aquelas que são preteridas (mulheres negras) conseqüentemente se sentem "fora" do que é comum as outras mulheres não negras. O namoro, casamento e a construção de uma família ainda são um desafio para as mulheres negras, já que para essas a construção negativa de sua imagem influencia diretamente na sua solidão.

Ainda hoje vivemos o reflexo da escravidão no Brasil e a população negra continua sofrendo opressões, na escala de exclusão as mulheres pretas ainda estão na base da pirâmide desse país, sustentando uma nação que as extermina periodicamente. "A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite" (DAVIS, 2016, p. 180). O teor de sadismo daqueles que

“colonizaram” o Brasil pode ser medido através do processo de miscigenação que ocorreu no país. As mesmas mulheres escravizadas tão rechaçadas e maltratadas eram aqueles que também eram estupradas e abusadas de todas as formas. Muitas acabavam engravidando dos seus violentadores. O que torna o processo de construção do país, conhecido por sua mistura de raças algo de tamanha crueldade que até os dias atuais colocam mulheres negras na margem da sociedade.

A proteção das mulheres em exige da sociedade uma reestruturação geral, que envolve também um novo olhar sobre mulheres negras, tão invisíveis e silenciadas no que tange às políticas de Estado do Brasil. O racismo do qual essas mulheres são vítimas desde muito novas provoca muitos problemas ligados à autoestima. Segundo a psicóloga baiana Laura Augusta “essa estrutura, montada para nos dilacerar, só vai aceitar o sujeito universal, e não o específico, que é negro e feminino. Então as pessoas sofrem, têm baixa autoestima e adoecem” (AUGUSTA, 2017, p. 10).

É na infância que a grande maioria das mulheres negras começa a ser submetida as múltiplas violências, a época escolar é frisada como um dos períodos mais difíceis de suas vidas. A cantora Preta Rara, por exemplo, explica que mesmo com 32 anos ainda se lembra dos apelidos que a professora lhe dava na escola. Diante desse cenário de múltiplos preconceitos muitas mulheres pretas acabam desenvolvendo uma dependência emocional dos seus relacionamentos afetivos, e se este relacionamento passa a ser abusivo, muitas dessas mulheres não se dão conta que estão sendo vítimas de violência (RARA, 2017).

Em sua tese de doutorado pela Unicamp, “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”, a pesquisadora, Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008), explica que os discursos de ideologias raciais e de gênero são a base estrutural de uma sociedade. A pesquisadora completa sua linha de raciocínio dizendo que essas ideologias ordenam as práticas sociais.

A médica e ativista Jurema Wernek (2016) afirma que A Lei Maria da Penha, que é uma conquista da luta do movimento feminista, não impediu um único assassinato das mulheres negras. Segundo a doutora depois da criação da lei os assassinatos de mulheres negras continuaram a subir. "Apesar da Lei Maria da Penha, as mulheres negras continuam sendo assassinadas sem a proteção do estado e sem a proteção do movimento de mulheres" (WERNEK, 2016, p. 3).

O psicólogo Rafael Cerqueira (2018), que atua no Ministério Público da Bahia, acredita que o ciclo da violência em que muitas mulheres estão inseridas envolve vários fatores, o que inclui a perda da autoestima, processo contínuo na vida de mulheres negras.

Os motivos que as fazem permanecer neste ciclo são variados e vão desde pressão social para a manutenção do casamento; isolamento afetivo, quando são afastadas de amigos e familiares, impedindo que seja construída uma rede de apoio; vergonha de ser exposta perante vizinhos e familiares, sentimento de fracasso pelo término do relacionamento e preocupação com a situação dos filhos; medo de sofrer uma violência ainda maior; dependência financeira; perda da autoestima, responsabilização da própria vítima pela situação em que vive, entre outros (CERQUEIRA, 2018, p. 7).

Muitas mulheres não conseguem romper o ciclo da violência, pois estão de alguma forma presas a seu parceiro. Em muitos casos uma prisão imaginária que as tornam dependentes desse homem.

No dia 20 de novembro de 2018 ocorreu em Brasília o seminário “Mulheres Negras Movem o Brasil: visibilidade e oportunidade”, proposto pela deputada Benedita da Silva e promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com apoio da Secretaria da Mulher da Câmara. Uma das conclusões extraídas do seminário é a de que mulheres negras no Brasil são o segmento da população que se concentra o maior número de feminicídios, além de ser também as que mais sofrem com a violência doméstica e obstétrica, a mortalidade materna e a criminalização do aborto (OLMA, 2018).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017), a mortalidade de mulheres não negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, enquanto entre as mulheres negras o índice subiu 22%. Em contraponto, mesmo sendo as mulheres negras as maiores vítimas de feminicídio, estas são as que têm menos atenção da mídia no que tange a cobertura de crimes motivados pelo gênero, os casos de grande repercussão midiáticos de assassinatos de mulheres em sua esmagadora maioria tratam da morte de mulheres brancas. Ao que parece ser uma normatização social das mortes de mulheres pretas no país.

Dezesseis de março de 2014, Claudia Silva Ferreira, mulher negra e pobre, foi baleada durante uma troca de tiros entre policiais em Madureira, no Rio de Janeiro, enquanto ia comprar pão. Morreu depois ter seu corpo arrastado

pelas ruas pendurado a uma viatura da PM, treze de abril de 2016, Luana Barbosa dos Reis, mulher negra e lésbica, foi espancada até a morte por três policiais militares na periferia de Ribeirão Preto, trinta de março de 2017, Maria Eduarda Alves da Conceição, menina negra de 13 anos, morreu atingida por dois tiros na base do crânio quando estava dentro de sua escola em Acari, na Zona Norte do Rio. Os tiros partiram de arma de policial, 14 de março de 2018, Marielle Franco, mulher negra, periférica e feminista, a 5ª vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016, foi assassinada a tiros quando um carro emparelhou ao lado do veículo onde estava e dispararam nove tiros - pelo menos quatro a atingiram na cabeça. Os assassinos fugiram sem levar nada e a principal linha de investigação é execução (MARTINS, 2018, p. 12).

Jurema Werneck, afirma que a forma de desenvolvimento do racismo no Brasil é cruel e também nojenta. “Levamos décadas para quebrar o muro de silêncio chamado democracia racial” (WERNEK, 2016, p. 6). Em entrevista ao portal Agência Patrícia Galvão, Werneck fala da sua indignação com a invisibilidade das mortes de mulheres negras no país:

O que há em relação às mulheres negras é um desvalor que inviabiliza. A mídia fala de feminicídio quando uma mulher branca é assassinada. E os números têm mostrado que, quando uma mulher branca é assassinada, três mulheres negras também foram mortas e a gente não ouve essa notícia. Acho que o maior exemplo, a maior constatação da presença desse estereótipo, desse racismo, é essa afirmação de que nossa vida não tem valor. Três de nós foram mortas e ninguém liga, ou melhor, a mídia não liga, porque nós ligamos. Uma branca pode ainda aparecer desqualificada, mas não se compara à desqualificação que sofremos, em termos de que a nossa vida não teve o menor valor e não há interesse sobre essa morte (WERNEK, 2017, p. 09).

Como se não bastasse toda exclusão das mulheres negras vítimas de violência da mídia, quando é permitido que essas mulheres apareçam nos grandes meios de comunicação, comumente sua imagem é vinculada a algum estereótipo racista e sexista, a pedagoga Paula Libence (2014, p.10), em entrevista publicada no portal Geledés, destaca como as mulheres negras são expostas na mídia: “há também a hipersexualização da Globeleza, a mulata suntuosa de todos os carnavais que a emissora transmite. Ou ainda, as musas do carnaval exibidas no Caldeirão do Huck”.

A crueldade social no qual as mulheres negras estão inseridas no Brasil perpassa por todos setores do país, suas necessidades urgentes não cabem dentro de um feminismo que só trate o problema pelo viés de gênero, como bem cita a socióloga Vilma Reis: "Antes de queimar os sutiãs, nós, as mulheres negras, já

tínhamos queimado os canaviais e as casas grandes" (REIS, 2017, p. 6). As pautas das mulheres negras devem ser priorizadas no combate a violência, visto que, a sociedade brasileira continua excluindo e invisibilizando essa categoria de mulheres.

Outro fator importante de frisar que inviabiliza que mulheres rompam com o ciclo de violência é a dependência financeira dos companheiros, principalmente se o casal tiver filhos envolvidos na relação. O Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (Cohre) divulgou um relatório chamado "Um Lugar no Mundo", nesse relatório eles avaliaram a situação de violência contra as mulheres no Brasil, Colômbia e Argentina (FERNANDES, 2010).

Segundo as conclusões do estudo, a falta de acesso a uma moradia adequada e a locais de proteção para mulheres que sofrem maus tratos, impede que as vítimas possam escapar de seus agressores. O relatório também traz outro dado importante sobre a dependência econômica das vítimas, nos três países pesquisados a dependência econômica aparece como fator preponderante para que a vítima continue com os agressores (FERNANDES, 2010).

A pesquisa citada foi realizada em 2010, e ainda hoje muitas mulheres se encontram em situação de violência doméstica por ter na renda do marido a única fonte financeira de sobrevivência. A promotora Maria Gabriela Prado Manssur, com Atuação no Grupo Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) do Ministério Público- SP, em um artigo publicado em 2018 discorre sobre o tema:

Consequentemente, o espaço público era destinado aos homens, e o espaço doméstico, às mulheres, havendo uma verdadeira naturalização desse conceito que justifica, em grande parte, uma desigualdade social, econômica e política estruturante e estrutural, com necessidade de correção. Surge inclusive deste contexto um dos principais motivos que justifica o alto número de violência contra a mulher, muito relacionada aos estereótipos de gênero: a dependência econômica. Caso as mulheres não cumprissem com os papéis a elas destinados de "bela, recatada e do lar" e sem renda própria, eram maltratadas, humilhadas, controladas e, muitas vezes, agredidas física, moral, psicológica e sexualmente. Infelizmente, esse quadro ainda é muito visível nos dias de hoje, havendo uma forte ligação entre estereótipos de gênero, violência doméstica e mercado de trabalho." (MANSUR, 2018, p. 3).

É válido destacar que muitas mulheres começam a depender financeiramente dos companheiros depois da chegada dos filhos. A versão digital do jornal Extra de março de 2018 publicou uma reportagem intitulada "Metade das mulheres deixa o mercado de trabalho um ano após o início da licença maternidade"; na reportagem

uma pesquisa realizada pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV- EPGE) é apresentada e confirma que metade das mulheres com a trajetória profissional analisada no estudo estava fora do mercado de trabalho 12 meses após o início da licença maternidade, pelos mais variados motivos, o que em muitos casos faz com que muitos homens usem desse poder financeiro para manter suas parceiras submissas e sob seu controle (EXTRA, 2018).

O item IV do artigo 7º da Lei Maria da Penha fala de um tipo de violência comum às mulheres que financeiramente tem na renda do marido a única forma de subsistência, a violência patrimonial, o que no meio jurídico também é chamado de abuso financeiro:

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2016).

Romper com o ciclo de violência doméstica além de complexo devido às suas inúmeras facetas é também difícil porque culturalmente no Brasil a subjugação da mulher faz parte da história de construção do país, a hegemonia masculina, que a todo tempo exclui, abusa e padroniza mulheres, também legitima a violência doméstica, ainda é corriqueiro ouvir frases do tipo: “Essa é para casar!” ou “Essa é puta, só presta para comer!”, ideias que trazem a noção de que mulheres precisam se enquadrar em “regras sociais” para serem aceitas pelos homens.

O Brasil é a 5º nação que mais mata mulheres no mundo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), o escritório das Nações Unidas para Crimes e Drogas, em 2018 divulgou uma pesquisa que apresenta a taxa de homicídios- feminicídios: global 2,3 mortes para cada 100 mil mulheres em 2017. No Brasil, dados divulgados em 2018, mostram uma taxa de quatro mulheres mortas para cada grupo de 100 mil mulheres, ou seja, 74% superior à média mundial. Thuler destaca que para algumas mulheres as discrepâncias de gênero são ainda mais graves: “As mulheres; negras, indígenas, periféricas, não binárias, ainda mais — estão em situação de inferioridade, relativamente aos homens. E a Comunicação Social contribui para a manutenção desse cenário” (THURLER, 2017, p. 467).

No próximo capítulo faço uma análise da mídia e a forma como ela retrata os crimes de feminicídio no Brasil, nota-se que uma parcela significativa dos veículos de informação tem cumprido um papel de divulgação deste tipo de crime de forma seletiva e sensacionalista, o que, conseqüentemente acaba prejudicando e enfraquecendo gradualmente as políticas de combate ao feminicídio. É de suma importância que os veículos de informação não naturalizem ou simplifiquem o feminicídio. O direito constitucional à vida precisa ser garantido e desfrutado em toda plenitude por todas as cidadãs brasileiras.

3. MÍDIA E FEMINICÍDIO

A necessidade de comunicação faz parte da construção da história do mundo. O uso da língua, linguagem, desenhos, danças e expressões são algumas das formas de se transmitir informações. Segundo Sousa (2004) o/a homem/mulher sempre tiveram a necessidade de procurar formas de comunicar aos seus semelhantes suas descobertas e as histórias socialmente relevantes de que tinham conhecimento. O autor afirma que as necessidades de sobrevivência e de transmissão de uma herança cultural estavam correlacionadas com essa necessidade primeira.

Seguindo essa tendência primária de se transmitir o que se pensa, grandes adventos tecnológicos contemporâneos têm como base a comunicação, através dos celulares conectados à internet as informações ganharam mais agilidade e rapidez no seu alcance.

Comunicar é fazer uma transação, negociar para se estender. Os discursos são práticas sociais historicamente datadas, ou seja, são compreendidos dentro do contexto sociocultural em que se dão. Dessa forma, a comunicação passou pela história humana: olfato, tato, visão, audição, na pré-história, e depois rosnados, gritos, posturas físicas, linguagens corporais. Com o desenvolvimento social em grupo, o homem precisou dar nomes aos objetos. Os sons surgiram para isso. Em seguida, chegaram o alfabeto e a escrita, para perpetuar a comunicação (MELO, 2005, p. 26).

A comunicação se mostra como uma das maiores ferramentas de desenvolvimento humano, através das variadas formas de se passar uma

mensagem, seja em tempos passados, seja na atualidade, as informações são imortalizadas. O praticar da violência é uma das formas de se comunicar mais eficientes da história. Através da dor e do medo pode-se manter o controle de uma nação, as guerras são um exemplo disso.

A pesquisadora Lourdes Bandeira afirma que “o feminicídio representa a última etapa de um *continuum* de violência que leva à morte. Seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais” (BANDEIRA, 2013, p. 1). É sabido que historicamente os homens mantem as mulheres sob seu controle através da hierarquia masculina predominante no mundo e conseqüentemente usam da violência para manter esse status quo.

3.1 A COMUNICAÇÃO E SEU PODER DE ALCANCE

Com a chegada da tecnologia da comunicação, principalmente a internet, o alcance de uma mensagem passou a atingir diferentes localidades no mundo em apenas alguns segundos, o que faz dessa ferramenta uma “arma” potente que pode ser utilizada tanto de forma benéfica como de forma contrária.

Atualmente toda essa potência de comunicação falada, escrita e de imagens proporcionou a participação do grande público no processo de reconstrução da comunicação. Se antes a “massa” se limitava ao papel de espectadores, atualmente esse público tem a oportunidade de interagir em tempo real com a notícia, à mídia no Brasil foi se “moldando ao gosto” da população e conseqüentemente a população foi se curvando aos mais variados produtos oferecidos pela mídia.

No seu artigo “A mídia realmente tem o poder de manipular as pessoas? ”, o professor Francisco Ladeira, confirma que a mídia é um poderoso instrumento de manipulação, ele também afirma que: “Em uma sociedade capitalista como a nossa o conteúdo presente nos grandes meios de comunicação condiz aos interesses das classes dominantes” (LADEIRA, 2015, p. 3). Ele conclui sua linha de raciocínio afirmando que a grande parte das mensagens transmitidas é ideologizada pelas elites.

Para falar da história da mídia brasileira é importante que se faça um resgate temporal. Em 1821, inicia-se a mídia impressa no Brasil através do jornal de anúncios O Diário do Rio de Janeiro, um marco na transmissão de notícias. Apesar

do processo de modernização da informação, os jornais sobreviveram e até hoje são poderosos condutores de informações, como esclarece Coutinho.

Desde a frase já popularizada “o que importa não é fato e sim a versão”, os jornais despertam fascínio nos indivíduos de todas as classes sociais, sejam eles leitores ou não. A inserção de seu nome ou de sua história nas páginas desse veículo de comunicação impressa funciona como uma promessa cumprida de reconhecimento público, visibilidade e destaque entre os leitores (COUTINHO, 2007, p. 100).

Nelson Werneck Sodré em sua obra, *A História da Imprensa no Brasil*, trata do tema com a devida importância, ele afirma que a imprensa pode ser considerada uma força ativa e uma das principais instituições que colaboram para o capitalismo (SODRE, 2007).

Em tempos atuais a crescente necessidade de informar o fato ocorrido com rapidez e exclusividade tornou-se um fenômeno que deu vazão a um novo formato de jornalismo o que inclui o sensacionalismo. Emissoras de TVs disputam a audiência dos telespectadores minuto a minuto, muitas vezes o “vencedor” desse embate midiático é a emissora que conseguir destrinchar o fato da forma mais real e crua possível, as desgraças diárias ganharam status de espetáculo, em alguns casos com alto teor de sadismo e carnificina.

O meio de comunicação sensacionalista se assemelha a um neurótico obsessivo, um ego que deseja dar vazão a múltiplas ações transgressoras – que busca satisfação no fetichismo, voyeurismo, sadomasoquismo, coprofilia, incesto, pedofilia, necrofilia – ao mesmo tempo em que é reprimido por um superego cruel e implacável. É nesse pêndulo (transgressão-punição) que o sensacionalismo se apoia. A mensagem sensacionalista é, ao mesmo tempo, imoral-moralista e não limita com rigor o domínio da realidade e da representação. Nessa soma de ambiguidades se revela um agir dividido, esquizofrênico (SOBRINHO, 1995, p. 17).

No documentário, “Quem Matou Eloá”⁷, a diretora Livia Perez apresentou os bastidores de um dos crimes de feminicídio de maior repercussão no país ocorrido em 2008, no estado de São Paulo. Eloá e sua amiga Nayara foram mantidas durante cinco dias em cárcere privado sob constante ameaça de morte pelo ex-namorado de

⁷ QUEM matou Eloá. Direção: Livia Perez. Produção Executiva: Giovanni Francischelli Direção de Produção: Fernanda De Capua Direção de Fotografia: Cris Lyra Som Direto. [S.l.]: Realização: DOCTELA, 2015. (24 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4lqlaDR_GoQ . Acesso em 29/11/2018.

Eloá, Lindemberg Alves Fernandes, a cobertura midiática feita pelas emissoras de TV beiravam o absurdo (PEREZ, 2015).

O documentário de Perez expõe todo aparato com ares de “espetáculo” criado para cobertura do sequestro das garotas, a análise da cineasta apresentada no seu filme é minuciosa e vai desde o enquadramento das imagens, edição do conteúdo vinculado até o trágico desfecho, para a diretora do filme a forma que o drama de Eloá e Nayara foi transmitido passa uma ideia de subtração de realidade do fato, ela afirma que: “a exposição dos fatos feitos de uma forma como se fosse à narrativa de um filme têm o intuito de mostrar ao público que aquilo que está acontecendo não é real” (PEREZ, 2015).

O desfecho do caso Eloá foi transmitido ao vivo por várias emissoras de TV, a mídia fez exatamente o papel que o Estado durante muito tempo exerceu e ainda exerce: o de desqualificar o crime, minimizar a violência e deixar a vítima vulnerável, à mercê do feminicida. A atitude de Lindemberg de manter as moças sob seu domínio, a todo o momento era associada à “paixão avassaladora” ou ao “ciúme descontrolado” que sentia pela vítima, naturalizando e amenizando o sentimento de posse que muitos homens têm em relação às suas companheiras.

A maioria dos comunicadores que estavam acompanhando o caso tinha convicção que era uma questão de tempo e de negociação para que Lindemberg caísse em si e libertasse Eloá e Nayara. No dia do desfecho do sequestro a psiquiatra Beatriz Barbosa Silva estava concedendo uma entrevista para o jornal Estadão, falando sobre o lançando do seu livro *Mentes Perigosas*, uma hora antes da morte de Eloá, Beatriz Silva deu a seguinte declaração: “Esse caso de Santo André já foi longe demais. Já passou da hora dessa história acabar bem. Ou a polícia vai pegá-lo quando ele cochilar ou ele vai matar essa menina” (SILVA, 2008), Beatriz também disse que Lindemberg era um psicopata, que não matou a moça devido a uma obsessão que sentia por ela, mas matou porque era uma pessoa má.

Eloá foi atingida por dois tiros um deles na genitália, mostrando uma característica bastante comum nos crimes cometidos contra mulheres, à tentativa de “inutilizar” a companheira para outra relação amorosa (SANEMATSU, 2015, p. 2). Eloá morreu no hospital horas depois, Nayara também foi atingida por um tiro disparado pelo feminicida, felizmente conseguiu se salvar da morte.

A morte de Eloá causou comoção nacional, muitas críticas foram direcionadas à cobertura da mídia e a atuação da polícia. O ex-integrante do Bope e sociólogo,

Rodrigo Pimentel declarou que, a cobertura feita pela Rede Record, RedeTV e Rede Globo foi irresponsável e criminosa, e completou sua fala com a seguinte declaração: “O que eles fizeram foi de uma irresponsabilidade tão grande que eles poderiam, através dessa conduta, deixar o tomador das reféns mais nervoso, como deixaram, poderiam atrapalhar a negociação, como atrapalharam” (PIMENTEL, 2008, p. 2).

Nesses onze anos que se passaram da morte de Eloá, muita coisa mudou em cobertura de sequestros televisionados, inclusive a própria polícia reformulou seu formato de negociação de operações com reféns depois dessa tragédia. As formas de transmissão de notícias vêm se adaptando aos novos formatos de mídia e mantendo algumas tradições que ainda despertam o interesse da população, a exemplo do rádio, como já citado neste capítulo a expansão da internet em todo mundo aumentou a interação entre mídia e público.

Em seu artigo sobre a internet e a democratização da informação, Lúcia Escobar, fala que o fato de possibilitar a divulgação de informações e conhecimento para um grande número de pessoas, que se encontra dispersa geograficamente, faz com que consideremos que, ao menos do ponto de vista da recepção, a Internet é um meio de comunicação de multidões (ESCOBAR, 2005).

Em se tratando de informação aliada às novas tecnologias impreterivelmente às redes sociais aparecem como um dos maiores e mais eficientes divulgadores de notícias do século XXI, mesmo que por vezes essas informações sejam divulgadas de forma irresponsável e de fontes de reputação não confiável, popularmente conhecidas como *fake news*.

As mídias sociais deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora eles têm o mesmo direito à fala que um ganhador do Prêmio Nobel (ECO, 2016).

A grande maioria dos veículos de informação impressos, como jornais e revistas se adaptaram às mudanças advindas com a tecnologia. Muitos desses periódicos deixaram de existir no formato físico e aderiram tão somente à versão online. O coordenador do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Mídias Sociais da Faesa, Felipe Maciel Tessarolo, explica que à medida que a internet foi se popularizando, os veículos de comunicação viram um espaço a ser explorado.

Ele também afirma que, em um primeiro momento, houve uma adaptação do conteúdo, que era produzido para o jornal impresso e depois “jogado” para a internet com praticamente o mesmo formato, mas que hoje em dia há uma grande preocupação em produzir textos específicos para ser veiculado na internet, utilizando todos os recursos que podem ser explorados em um ambiente virtual.

Carmen Rial em seu artigo, “Guerra de Imagens e Imagens da Guerra: Estupro e Sacrifício na Guerra do Iraque” (RIAL, 2007, p. 138) afirma que a mídia eletrônica está hoje para a globalização assim como a mídia impressa esteve para a nação. “Sem dúvida, a mídia eletrônica localiza-se hoje no centro do intenso trabalho da imaginação, central na construção das subjetividades contemporâneas” (RIAL, 2007).

Toda essa adaptação ao moderno traz em si pontos positivos e negativos, de fato as pessoas estão mais informadas, através de um celular é possível saber em tempo real o que está acontecendo em diversas partes do mundo. Segundo dados divulgados em 2015 pela União Internacional das Telecomunicações, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), o número de internautas no mundo já é de 3,2 bilhões. Porém essa população que tem um acesso tão imediato à informação não está necessariamente bem informada.

3.2 MÍDIA BRASILEIRA QUE JULGA MULHERES

Os crimes de feminicídio retratados pelos variados veículos de informação por muitas vezes de forma irresponsável, dão o tom do machismo e misoginia que permeia a sociedade brasileira, em muitos casos dependendo da vítima e do acusado, o que se pode notar é uma forma tendenciosa de se transmitir a notícia, não estranho ver veículos de informação colaborando de forma direta ou indireta para naturalização da violência contra mulher.

Um dos casos de feminicídio que ilustra bem o poder da mídia como um influenciador eficaz de opinião, foi o assassinato de Ângela Diniz, cometido por seu companheiro Doca Street, ocorrido em 1976. Esse é mais um dos exemplos onde a vítima passa a ser tratada como culpada pela sua própria morte. Ângela foi assassinada com quatro tiros em sua casa de praia na região dos Búzios no Rio de Janeiro.

No julgamento do crime os advogados do acusado alegaram que Doca agiu em legítima defesa da honra e usaram o termo “mulher fatal” para se referir a Ângela. O acusado, além de absolvido, saiu do tribunal do júri aplaudido por muitas pessoas que acompanharam o desenrolar do caso do lado de fora do tribunal.

No documentário produzido pela Globo News, “O caso Ângela Diniz”⁸, uma das funcionárias que trabalhava na casa onde ocorreu o assassinato, Maria José de Oliveira, aparece relatando que apesar de estar realizando serviços por apenas dois meses no local, pode notar que Doca estava matando Ângela aos poucos, dando a entender que o homem não teve um acesso de raiva incomum quando matou sua companheira, como sua defesa sugeria, mas que ele já tinha um comportamento agressivo com sua ela constantemente.

Nesse mesmo documentário é exibida uma entrevista com Doca Stret, que passou praticamente toda reportagem de cabeça baixa, usando um tom de voz baixo, com um semblante de dor, a imagem de um homem em sofrimento. Um dos grandes poderes da mídia televisiva é à força da imagem, de certo, que muitos telespectadores foram levados a acreditar no homem que estava dando aquela entrevista, de fato, estava arrependido do crime que cometeu. É difícil pensar que a forma como a conversa entre e o repórter e Doca foi conduzida tenha sido de forma imparcial. Segundo Cashmore (1998, p. 37), a TV causa em seus telespectadores “uma sensação temporária de elação e bem-estar”. O que nos leva a constatar que muitos telespectadores se transformam em meros receptáculos e reprodutores de informações televisivas.

O efeito da televisão em sua audiência é uma sensação temporária de elação e bem-estar, mas ela promove o abuso e efeitos destrutivos a longo prazo, que erodem as faculdades básicas, incluindo a capacidade de pensar independente e criticamente (CASHMORE, 1998, p. 37).

Na entrevista, Doca Street, é instigado pelo entrevistador a reiterar o amor que sentia por Ângela, ele também fala sobre a “motivação” do crime, em uma tentativa habitual de assassinos de mulheres em culpar a vítima. Segundo relato do próprio Doca, ele foi expulso da casa de praia por Ângela após uma briga, logo depois desse fato ele pediu para permanecer no local e Ângela teria lhe feito uma

⁸ O caso Ângela Diniz. - Duração: 25 minutos

proposta, que eles só continuariam juntos se Doca aceitasse que ela saísse com outras pessoas, incluindo homens e mulheres, nesse momento da fala de Doca a reportagem mostra imagens de Ângela em festas sorrindo rodeada por homens. Essa fala do feminicida aliada à imagem da mulher da noite, festeira, cercada por homens, de certo, buscava passar uma informação negativa da vítima para os telespectadores.

Comumente caracterizados como crimes “por amar demais”, crime por “paixão”, a mídia deseduca a população que assiste os noticiários sangrentos com mortes brutais, onde não há nada de ação de amor ou paixão, mas deixam muito claro o teor de ódio e de como os homens são ensinados pela cultura machista a não amar mulheres, mas amar o poder que tem sobre elas, o poder de submetê-las a seu bel prazer, compreendendo-as como seres inferiores que devem suas vidas a eles e assim eles dispõem da vida das mulheres, quando acreditam que não estão obedecendo suas ordens ou não servem mais aos seus propósitos (KOLLONTAI, 2016, p. 8).

A absolvição de Doca, assassino de Ângela, no primeiro julgamento sob aplausos da multidão mesmo sendo réu confesso, dimensionam como a mídia pode transformar fatos. No caso em questão em contrapartida, alguns grupos mostraram indignação com absolvição do réu, uma parte dos veículos de informação pressionados pelo movimento feminista exerceu um papel de questionar a legitimidade do crime. Em 05 de novembro de 1981, o promotor Sebastião Fador recorreu da sentença tendo seu pedido acolhido, havendo a anulação da sentença do Júri. Ocorreu um novo julgamento e Doca Street foi condenado a 15 anos de reclusão pelo crime de homicídio.

Nos dias atuais, ainda é comum que mulheres como Ângela Diniz depois de mortas tenham suas vidas investigadas de forma desrespeitosa, no intuito de que se ache algum vestígio para justificar o crime, “uma pedagogia da crueldade, por meio da qual a mídia ensina à sociedade a não ter empatia com a vítima” (SEGATO, 2016, p. 131).

Dependendo da classe social e cor dessa mulher, vítima de feminicídio, os veículos de informação nem se dão ao trabalho de transmitir a notícia, visto que, a morte de mulheres pretas e pobres, em geral, não é um fato jornalístico, não é manchete. Em muitos casos nem mesmo se constitui em um fato jurídico.

Os feminicídios que se destacaram em sua esmagadora ocorrência, são os que envolvem mulheres não negras e de classe média

Outra questão importante de ser debatida e estudada é o comportamento de alguns veículos da mídia que insistem em tratar feminicidas como “coitados” que foram de alguma forma induzidos a cometer crimes contra suas esposas, companheiras, amantes ou desconhecidas. Diante desse cenário caótico no qual as mulheres estão inseridas, é no mínimo contraditório que as vítimas continuem sendo apontadas como causadores de sua morte.

3.3 O MACHISMO ESTAMPADO EM REPORTAGENS

Ao iniciar os estudos relacionados à mídia e feminicídio, me deparei com questões que envolvem narrativas e imagens veiculadas na mídia nos crimes contra mulheres. Uma das impressões mais marcantes se refere ao fato que o poder masculino sobre as mulheres vítimas de violência é uma ideologia aceita pelo meio social e legitimada pelos meios de comunicação, “Os homens possuem um poder patriarcal de dominação com as mulheres e que o patriarcalismo é um dos fatores culminantes da violência de gênero” (PEREIRA, 2011, p. 22).

Em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado de “Violência Contra a Mulher e Mídia: Um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do município de Macaé/RJ”, a autora Cláudia Nolasco, fala da violência como uma “mercadoria a ser vendida sob a capa de sensacionalismo com o intuito de aumentar a lucratividade das empresas que atuam no ramo da informação” (PEREIRA, 2011, p. 19).

O sensacionalismo da mídia para com a violência em muitas situações serve para benefícios dela própria. Em uma sociedade onde a lógica do mercado rege as relações sociais, a violência também se torna uma mercadoria a ser vendida sob a capa de sensacionalismo com o intuito de aumentar a lucratividade das empresas que atuam no ramo da informação. A mídia pode enfatizar ou esconder determinados detalhes de uma informação, isso vai depender do que a mídia vai julgar acerca do que lhe trará mais audiência e, portanto, mais lucro. A mídia também reforça o medo com relação ao outro e faz com que o indivíduo busque na prática da violência uma forma de reconhecimento perante a sociedade (PEREIRA, 2011, p.19).

A prática da violência como uma forma de reconhecimento social, citada por Pereira, se aplica a violência contra as mulheres o espaço que a mídia dispõe para os crimes de feminicídio quase em regra está destinado a serem contados através da ótica dos homens, sejam eles agentes do crime, sejam eles os condutores da notícia.

A forma como esses crimes relacionados à morte de mulheres são apresentados criam uma atmosfera de terror e mantém o gênero feminino sob o controle do homem. Para além disso, dependendo de alguns fatores (vítima, criminoso, classe social, raça) os meios de comunicação se utilizam de uma narrativa e de imagens que contarão a história do crime partindo de uma visão machista e misógina, que por muitas vezes, além de não serem contestadas criam no coletivo social uma ideia de fato comum. Que pode ser traduzida como um estado de aceitação do sujeito que não avança em sua percepção, o que se mostra perigoso e, por conseguinte, banaliza os crimes cometidos contra as mulheres no país.

No dia 23 de abril de 2015, o site do BOL publicou uma reportagem em sua página na internet com o seguinte título: “Noivo matou dançarina de funk após descobrir que ela era stripper” (BOL, 2015). Seguida da imagem:

Foto 1 - Amanda Bueno, dançarina de funk morta



Fonte: BOL (2015)

Amanda Bueno foi assassinada pelo seu “companheiro”, Milton Severiano Vieira, no dia 16 de abril do mesmo ano o crime foi filmado pelas câmeras internas da casa do casal e nas imagens nitidamente pode-se ver todo horror que Amanda foi submetida antes de falecer, ela teve sua cabeça arremessada contra uma pedra várias vezes o feminicida ainda disparou vários tiros contra o rosto da vítima já morta.

Segundo a reportagem, depois de revelar para o noivo que já tinha trabalhado como stripper, Milton teria ficado enciumado a reportagem ainda detalha: “Para se vingar, ele marcou um encontro com uma ex-namorada, tirou fotos e depois mandou para Amanda” (BOL, 2015).

Em São Paulo, das 364 denúncias de feminicídio protocoladas pelo MPSP entre março de 2016 e março de 2017, 30% delas tiveram como justificativa ciúme, sentimento de posse ou machismo. Em Goiás, o TJ-GO informa que há mais de 67 mil processos em tramitação relacionados à Lei Maria da Penha. Dentre eles, a palavra "ciúme" foi usada mais de 50 mil vezes em atos judiciais, despachos e sentenças (LINS, 2019, p. 8).

O título “Noivo matou dançarina de funk após descobrir que ela foi stripper” associado à imagem de Amanda em uma pose sexy com roupas íntimas de alguma forma buscam passar uma mensagem para os leitores. A chamada da reportagem em destaque parte de uma ideia de motivação, logo o crime se “justifica” dentro da perspectiva apresentada, o que é no mínimo absurdo.

As desigualdades sexuais são preservadas, naturalizadas pela representação do mundo social (e, em particular, da política) feita pela mídia (e, em particular, pelo jornalismo) contribui para perpetuar tal desigualdade (BIROLI; MIGUEL, 2011, p. 12).

A foto de Amanda Bueno escolhida para estampar a reportagem em nada colabora para tratar do crime. O fato de ela ter trabalhado com stripper não a torna merecedora do crime que foi vítima. Tudo que ocorreu com Amanda deixa claro o quanto mulheres são constantemente subjugadas, inclusive pelo seu passado.

A advogada Andrea Carvalho, ao falar do feminicídio de uma de suas clientes deu a seguinte declaração: “Precisamos parar de rotular o feminicídio como crime passional. Esse termo sequer existe na legislação. Esse homem não agiu por emoção, não é louco, não surtou” (ALFAMA, 2016, p. 1). O caso em questão que Alfama se referia é o de Joana de Oliveira Mendes, morta pelo marido. Ela explica os reais motivos que em sua opinião, culminaram na morte de sua cliente:

Joana morreu porque era mulher. O ex-companheiro é misógino, sente desprezo pela mulher, pela condição de mulher. A imprensa tem tratado o caso como crime passional e a justificativa que tentam abordar é a de que ele não aceitava o fim do relacionamento. Mas não é isso. Eu digo que ele

possui um profundo desprezo pelas mulheres. Ele se sente superior por ser homem. Isso se percebe observando o histórico de violência que o indivíduo possui (ALFAMA, 2016, p. 2).

Logo depois da morte de Amanda Bueno, sua filha, uma adolescente então com doze anos, recebeu ofensas e ameaças via redes sociais; em uma das mensagens enviadas para garota o autor dizia que a morte de Amanda devia servir de exemplo para a filha dela e para outras mulheres. Amanda foi morta pelo “companheiro” e julgada por aqueles que achavam que ela merecia morrer, provavelmente por ser uma dançarina e já ter trabalhado com stripper. A pseudomoralidade da sociedade brasileira é hipócrita e tem como um dos seus alvos prediletos mulheres que não seguem os padrões machistas impostos.

Em outro caso de feminicídio, publicado pelo site do G1 em sua página na internet, no dia dezoito de dezembro de 2017, a reportagem fala da morte de Daiane Reis, com o seguinte título: “Marido matou mulher grávida por ciúmes após encontrar mensagens no WhatsApp, diz polícia” (G1, 2017).

Adilson Prado Lima Júnior armou uma emboscada para a esposa grávida e a matou com um tiro na nuca. Segundo a matéria, o assassino disse à polícia que levou Daiane para visitar um terreno que ele teria interesse em comprar, “Ela foi andando na frente dele. Ele atirou nela e depois quis se matar, mas não conseguiu” (G1, 2017), explica o delegado Hildebrando Silva, coordenador de polícia da região onde ocorreu o crime. A foto de destaque da reportagem retirada da rede social de Daiane Reis mostra o casal à espera do bebê que Daiane teria a dois dias do crime, o que passa uma imagem de família feliz e reforça a ideia de que Hildebrando cometeu o crime por ciúmes.

Foto 2 – Daiane Reis, jovem grávida morta pelo marido



Fonte: G1 (2017)

Ao que tudo indica, Adilson premeditou o crime, o próprio assassino criou uma situação para ir a um lugar afastado para executar a esposa e mesmo com todos esses agravantes o destaque do título da reportagem é o ciúme e as supostas mensagens encontradas por Adilson no celular da vítima.

Em seu artigo “Feminicídio na Mídia e a Desumanização das Mulheres”, a escritora Ana Thurler, afirma que: “A desumanização da vítima é feita pela sociedade e pela mídia, pelo apagamento de sua história, por sua invisibilização, com a consequência de nenhum estabelecimento de empatia com a vítima” (THURLER, 2017, p. 492).

No crime cometido contra Daiane, mas uma vez a mídia apresenta “justificativa” para o ocorrido, em uma tentativa de explicar os motivos do homem para cometer um crime tão estúpido. A psiquiatra e escritora, Beatriz Silva afirma que: “Os psicopatas matam a sangue frio, com requintes de crueldade, sem medo nem arrependimento” (SILVA, 2008, p. 19).

No Brasil, o senso comum alimenta o imaginário das pessoas, que preferem acreditar que o feminicida é um homem que surta por algum tipo de motivação provocada pela mulher do que realmente esse homem possa ser uma pessoa má. É urgente a necessidade da sociedade brasileira em rever suas crenças e começar a lidar com a ideia de que podemos estar lidando com psicopatas em série, alimentados por um Estado omissivo com a segurança das mulheres desde sempre.

O crime de feminicídio no Brasil precisa da devida atenção da população em geral, a minimização desse tipo de morte só colabora para o aumento do quantitativo de vítimas e faz com que mais homens se sintam no direito de ter o controle da vida de mulheres.

A reportagem do jornal Diário do Nordeste, publicada em 11 de março de 2019, na sua página eletrônica, trata do feminicídio cometido contra a empresária Lucilene Galdino de Albuquerque, o título da matéria apresenta a “motivação” em mais um caso que o veículo de informação condutor da notícia associa ao sentimento de ciúmes a atitude do criminoso: “Itapipoca: homem mata companheira a facadas motivado por ciúmes” (DIÁRIO, 2012).

O 2º sargento José Santos, do 11º Batalhão da Polícia Militar de Itapipoca, deu a seguinte explicação sobre o crime:

O suspeito, que no passado teve sérios problemas com drogas, até entrar para uma igreja, e hoje é pastor, já vinha brigando com a vítima há algum tempo, motivado por ciúmes. Ele teria ouvido rumores que a mulher queria se separar. Apuramos que a briga ocorreu logo após o Antônio ter visto mensagens no celular da vítima, que o irritaram (DIÁRIO, 2012).

Analisando as reportagens de crimes contra mulheres, pode-se notar que as primeiras declarações sobre esse tipo de fato partem de agentes públicos que recebem a denúncia, a partir disso fazem a divulgação para imprensa. Na reportagem da morte de Lucilene, o sargento informa como se deu o crime através das informações fornecidas pelo feminicida, Antônio: “Ele teria ouvido rumores que a mulher queria se separar. Apuramos que a briga ocorreu logo após Antônio ter visto mensagens no celular da vítima, que o irritaram” (DIÁRIO, 2012).

Ao que tudo indica nesse caso a única versão que se tem é a do criminoso sobre o crime, mesmo porque vítimas de feminicídio geralmente não podem trazer suas versões, pois estão mortas. Sendo assim, o sistema opressor, misógino e machista vai se retroalimentando através desses detalhes de informações despejadas em jornais, revistas, internet que passam despercebidos aos olhos desatentos.

Segundo levantamento da Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI), da SSP-DF, em 2018, 36% dos feminicídios foram cometidos por ex-companheiros, outros 36% por cônjuge ou companheiro, 7% por namorado,

7% por ex-namorado, 4% por pai, 3% por filho, 4% por inquilino da vítima e 3% por vizinho. Como mostram os dados, em quase todos os casos ocorridos autor e vítima se conheciam (BRASILIA, 2019).

O jornal Meionorte.com, publicou na sua página da internet, no dia 29 de julho de 2019, a notícia da morte de Mayara Estefanny Araújo, que sofreu um ataque do seu ex-“companheiro” com ácido. A chamada da reportagem traz o seguinte título: “Homem surta com ciúmes e mata a própria esposa com ácido sulfúrico” (MEIONORTE, 2019).

Ao que tudo indica, William Cezar dos Santos tramou a morte de Mayara junto com um amigo, ou seja, premeditou o crime. A chamada da reportagem fala que a vítima é esposa do criminoso, ao ler a matéria completa o leitor se depara com a seguinte frase: “O ex-marido da jovem, William César dos Santos Júnior, é o principal suspeito do crime” (MEIONORTE, 2019), ou seja, ela não estava mais se relacionando com William, o que pode parecer apenas um mero detalhe, na verdade é uma informação muito importante para a elucidação do crime.

William teria jogado a substância em Mayara com a ajuda de um amigo, Paulo Henrique Vieira, nesse caso relacionar a barbárie cometida por William Cezar dos Santos Junior, com um “surto” sugere que aquele homem cometeu um ato não compatível com sua conduta porém segundo relatos colhidos de pessoas próximas, o feminicida já tinha um histórico de comportamento violento com a vítima, inclusive estava judicialmente proibido de se aproximar da ex-mulher. A reportagem se mostra equivocada em vários aspectos, o que reforça estereótipos e em nada ajuda no combate aos crimes cometidos contra as mulheres no país.

O processo de reeducação da sociedade diante do genocídio de mulheres perpassa por todas as instâncias - educação, segurança, saúde, política, isto é, todos os ramos da sociedade. O feminicídio atinge todas as camadas da sociedade e todas as classes, é um tipo de crime que ocorre por conta do gênero da vítima, um problema que envolve uma construção cultural machista e misógina que perdura há muitos anos no país.

A delegada Mônica Areal, que atua na DEAM (Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher) de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, é enfática quando o tema é agressão contra as mulheres: “Se começou a ser xingada, diminuída, empurrada, não se iluda que vai passar”. Denuncie ou vai parar em um caixão! (AREAL, 2019, s.p).

Diante do exposto pode-se concluir que a mídia ao reportar casos sobre feminicídios é socialmente seletiva e culturalmente sexista. É importante enfatizar que a versão dos fatos geralmente são apresentadas pelos criminosos, outra conclusão importante é o entendimento que muitos veículos de informação através de casos divulgados, julgando moralmente as mulheres. Na tentativa de mostrar que um determinado comportamento de uma mulher pode gerar uma reação do homem, que levado pela emoção pode cometer um crime, porém essa mesma mídia que julga comportamentos de mulheres, é responsável em disseminar a publicidade e dá visibilidade pública a seu pré-julgamento.

A mídia, ao mesmo tempo em que coloca as mulheres vítimas de feminicídio como responsáveis pela própria morte, é responsável em promover a exposição do corpo feminino como objeto de desejo da sociedade de consumo, com característica de supérfluo e descartável. Como bem cita Fontele:

Feche os olhos. Procure lembrar de uma personagem feminina de alguma propaganda que tenha visto recentemente. Lembrou? Por acaso ela está de biquíni, sensualizada, ou então fazendo o almoço, interpretando uma dona de casa? Mesmo que você não tenha imaginado uma dessas duas situações, nenhuma das imagens surge com dificuldade em sua mente. Estamos tão acostumados aos estereótipos publicitários que conseguimos invocá-los num piscar de olhos, mesmo quando não queremos (FONTELE, 2015, p. 16).

A publicidade promovida pela mídia que sexualiza as mulheres diariamente, também exalta aquelas que se comportam de forma “ideal”. A Revista Veja em sua edição do dia 18 de abril 2016, publicou uma matéria com a então esposa do vice-presidente da república Michel Temer, Marcela Temer. O título da reportagem “Marcela Temer: Bela, Recatada e do Lar” (VEJA, 2016), seguido da frase: “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (VEJA, 2016).

Marcela Temer é uma mulher de sorte (...), seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (...). Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente (VEJA, 2016).

Mulheres têm o direito de serem donas de casa, tanto quanto de serem profissionais autônomas, liberais, que trabalham fora, mas em um país que amarga

altos índices de mortes devido ao gênero, a exaltação da figura feminina dita como “do lar”, corrobora para a continuidade das desigualdades entre os sexos tão presentes no Brasil e endossa os valores e normas tidos como certos e “naturalizados”. Esse tipo de matéria pode ser comparado como uma estratégia de disciplinamento e controle para a manutenção da sociedade patriarcal e opressora.

No capítulo que segue, relato a história de vida de três mulheres vítimas de feminicídio e a forma como duas revistas: a revista *Veja*, a revista *Placar* e uma página da web do jornal *Correio da Bahia*, trataram dos fatos. Nos casos que envolvem a morte da musicista Mayara Amaral e da modelo Eliza Samudio, os feminicidas Luís Barbosa e Bruno Fernandes respectivamente são entrevistados e falam sobre o crime. No caso da pedagoga Helem Moreira o criminoso, Ângelo da Silva, alega ter “perdido a cabeça” após ter acesso a um suposto vídeo íntimo da sua ex-companheira com outro homem, em mais uma demonstração de que mulheres são objetificadas e que os homens acreditam que ao assumir uma relação amorosa automaticamente se tornam donos de suas companheiras.

4 ESTUDO DE CASO: HELEM, MAYARA E ELIZA: VIDAS E SONHOS INTERROMPIDOS PELO FEMINICÍDIO

Esse foi o capítulo mais difícil de ser escrito, primeiro porque estudar a vida dessas mulheres naturalmente remete a minha própria trajetória, sendo eu uma mulher. Depois porque ao pesquisar essas histórias com o desfecho de feminicídio, um misto de angústia e de frustração fez-se presente constantemente.

Helem Moreira, Mayara Amaral e Eliza Samudio não tiveram chance de defesa, visto que, nos três casos os assassinos premeditaram os crimes. É utópico tentar mensurar o nível de covardia de seus algozes. Outro ponto que destaco nesse trabalho é o entendimento do que me separa dessas mulheres que foram mortas. A conclusão que as nossas diferenças estão nas vivências e nada mais. O pensamento de que “podia ser comigo” me acompanhou durante toda produção dessa pesquisa (e ainda acompanha).

Compartilho com Helem da luta de ser uma mulher negra que encontrou nos estudos uma força para o crescimento pessoal e profissional, minha ligação e amor pela música me aproxima de Mayara e assim como Eliza sou mãe.

Apresento um pouco da história de vida dessas três mulheres citadas e das reportagens que me chamaram atenção ao tratar dos crimes dos quais elas foram vítimas, reportagens essas com alto teor de machismo e misoginia. Essas três mulheres foram assassinadas por homens que elas mantiveram um relacionamento íntimo. Os feminicidas: Ângelo da Silva, Luís Barbosa e Bruno Fernandes, além de assassinos, tem em comum a ideia de que suas vitimas foram responsáveis pelo crime que eles cometeram.

Outro ponto de dificuldade que vale ressaltar na escrita desse capítulo foi à complexidade de encontrar um caso de feminicídio de mulher negra que tivesse atenção da imprensa, inclusive essa dificuldade já foi pontuada nos capítulos anteriores dessa pesquisa. Poderia ser uma notícia boa se o fato de não encontrar casos de mortes de mulheres pretas estivesse associada à diminuição dos crimes de feminicídio, infelizmente o que acontece é o contrário, além dos altos índices de mortes de mulheres no Brasil, as mulheres negras são as maiores vítimas desse tipo de crime, dado também já citado nesse trabalho, mas que não pode deixar de ser lembrado. Essa invisibilidade dispensada às mulheres negras, em geral, também faz parte das múltiplas violências vivenciadas pelo sexo feminino por conta do gênero e raça.

Ser mulher no Brasil de hoje, de certa forma, é ser parecida com ser mulher no Brasil... desde o começo. É ter que enfrentar o racismo, a violência, a exclusão, condições de vida extremamente precárias. E, por outro lado, ser mulher negra no Brasil de hoje é, como no passado, protagonizar lutas cotidianas para ocupar lugares e para que o mundo seja um lugar mais justo, seguro e íntegro para cada uma de nós. Ser mulher negra no Brasil de hoje é luta. É sinônimo de luta (WERNEK, 2017, p. 5).

Todas as lutas que envolvem as questões de gênero se mostram relevante no Brasil os crimes contra mulheres continuam crescendo e a sociedade em geral está erroneamente se acostumando com esse tipo de ocorrência. O que nos coloca como um dos países que mais se extermina mulheres no mundo, o que além de injusto com a população feminina mantém esse grupo em uma constante posição de subalternidade. No Brasil é perigoso nascer mulher, mais perigoso ainda, ser uma

mulher que ousa romper com as regras machistas que muitas vezes aparecem disfarçadas em um relacionamento que aparentemente era de amor e cuidado.

4.1 A INTERRUPÇÃO DO SONHO DE UMA PEDAGOGA- HELEM MOREIRA

Helem Moreira estava em um dos momentos mais especiais de sua vida, recém-formada em pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia- UNEB, a professora era uma importante colaboradora do Quilombo Ilha, espaço educacional preparatório para o ingresso de pessoas negras em universidades, localizado na Ilha de Vera Cruz na Bahia.

Quando ocorreu o crime contra Helem, uma de suas amigas, Thiffany Odara deu uma declaração ao jornal Correio da Bahia, falando que a amiga já estava sendo ameaçada pelo ex-marido, em mais um caso de um homem que não aceitava o fim do relacionamento. Ela também comentou sobre a justificativa apresentada por Ângelo da Silva para ter cometido o crime: “A alegação sobre o vídeo íntimo é uma tentativa de se vitimar, porque o homem machista se sente dono do corpo da mulher e acha que a mulher tem que pagar com a vida” (ODARA, 2017, p. 3).

Na sua última postagem em uma rede social realizada em 07 de junho de 2017, dois dias antes do seu assassinato, Helem convida seus amigos para o forró solidário do Quilombo Ilha, evento que tinha o intuito de arrecadar fundos para construção do novo prédio do cursinho pré-vestibular. Infelizmente Helem não pode participar da festa que ajudou a organizar.

Após sua morte, foi criado o Centro Acadêmico Helen Moreira na UNEB (Universidade Estadual da Bahia). O Instituto da Mulher Negra- Odara, organização negra feminista, publicou na sua página na internet uma nota de pesar pela morte de Helem.

O Odara – Instituto da Mulher Negra lamenta profundamente o falecimento da jovem Helem Moreira, coordenadora do Quilombo Ilha, espaço educacional preparatório para o ingresso de pessoas negras na universidade, com sede na Ilha de Itaparica. Helem foi brutalmente assassinada pelo marido na madrugada do dia 9 de junho (ODARA, 2017).

Além da publicação do instituto Odara, outras manifestações de condolências pela perda da professora foram realizadas, dentre elas o Quilombo Ilha instituição da qual Helem fazia parte também de pronunciou:

É com enorme pesar que nós do Quilombo Ilha lamentamos o falecimento de Helem Moreira, ex-aluna - nossa colaboradora, pedagoga, formada pela UNEB. Voltou para o Quilombo Ilha e estava ajudando na coordenação. Até o momento, a informação que temos foi que Helen foi brutalmente assassinada na manhã de hoje (9) e o principal suspeito é seu companheiro. No decorrer do dia passaremos mais informações sobre local do velório. Sonhamos e acreditamos em um mundo melhor, mesmo com todos os problemas encontrados no dia a dia. Hoje um sorriso de lutas deixou de brilhar conosco e foi trilhar outro caminho de Luz (QUILOMBO ILHA, 2017).

Em meio às poucas reportagens que trataram do crime cometido contra Helem à matéria do jornal Correio da Bahia, publicada na sua página da web no dia 13 de junho de 2017, me chamou atenção pelo título da matéria: “Taxista diz que vídeo íntimo motivou morte de pedagoga em Vera Cruz; ele se entregou” (CORREIO, 2017).

Um vídeo íntimo teria motivado o assassinato da pedagoga Helem Moreira dos Santos, 28 anos. A vítima foi morta a golpes de faca pelo marido, o taxista Ângelo da Silva, 25, anos, na tarde da última sexta-feira (9) no bairro da Conceição, na Ilha de Vera Cruz. Segundo o delegado Geovane Paranhos, titular da 24ª Delegacia de Vera Cruz, o marido da vítima, que estava foragido desde o crime, se apresentou na manhã desta segunda-feira (12) à polícia, acompanhado de um advogado. Ainda de acordo com o titular, o taxista relatou que, no dia do crime, ele teria retirado o cartão de memória do celular da esposa e encontrado nele um vídeo íntimo. "Ele teve acesso a esse vídeo depois de colocar o cartão de memória da esposa no celular dele. Nas imagens, segundo ele, era possível ver a pedagoga na companhia de um outro homem. Depois de ter acesso ao conteúdo, ele teria perdido a cabeça e cometido o crime (CORREIO, 2017).

Mas uma vez a ideia de motivação do crime é apresentada aos leitores, e ao ler a matéria completa nota-se também que o depoimento do feminicida é o que prevalece diante o crime. Segundo o delegado Geovane Paranhos, pautado no depoimento do acusado, após achar um suposto vídeo íntimo de Helem com outro homem, Ângelo perdeu a cabeça e cometeu o crime. A advogada Anne Caroline afirma que: “A dominação sobre os corpos femininos é, essencialmente, um reflexo

da visão patriarcal que estende as diferenças biológicas a uma distinção social hierarquizante” (ANNE, 2017, p. 8).

Essa hierarquização citada por Anne permite que os homens constantemente “percam a cabeça” diante de fatos que eles considerem que firam sua honra, ao que me parece ser, em geral, uma extrema fragilidade masculina diante de uma solicitação não atendida, ou mesmo diante de uma recusa a um desejo não realizado, o que atualmente é denominado de masculinidade tóxica⁹ que, conseqüentemente, faz com que esses homens continuem a agir de forma violenta com o gênero feminino.

Depois de matar Helem, Ângelo da Silva, esperou por três dias para se entregar acompanhado de um advogado. O pai De Ângelo, segundo a polícia pediu para que eles mantivessem seu filho preso, pois tinha medo que ele sofresse represálias pelo crime que cometeu. Após o pedido do pai de Ângelo, o delegado Paranhos afirmou que só poderia mantê-lo preso se o mandado de prisão fosse expedido, o que deveria acontecer entre o dia 12 e 13 de junho 2017, ou seja, se o mandato não fosse expedido o homem poderia voltar para casa e inclusive ter tempo para fugir.

O feminicídio é uma modalidade de crime que encontra respaldo nas brechas da lei brasileira assassinos de mulheres de certo contam com a impunidade. No dia 29 de novembro do ano de 2018, Ângelo seria levado a júri popular, porém, por motivos desconhecidos o julgamento foi anulado e remarcado para o dia 09 de outubro do ano de 2019¹⁰. Ângelo interrompeu a história de vida de Helem que estava no auge da sua caminhada profissional, uma professora negra que rompeu com as amarras racistas e conseguiu se formar em uma das mais conceituadas faculdades do estado da Bahia.

⁹“Masculinidade tóxica é uma descrição estreita e repressiva da masculinidade que a designa como definida por violência, sexo, status e agressão, é o ideal cultural da masculinidade, onde a força é tudo, enquanto as emoções são uma fraqueza; sexo e brutalidade são padrões pelos quais os homens são avaliados, enquanto traços supostamente ‘femininos’ – que podem variar de vulnerabilidade emocional a simplesmente não serem hipersexuais – são os meios pelos quais seu status como ‘homem’ pode ser removido” (RAIZES, 2019)

¹⁰ O julgamento de Ângelo da Silva, assassino confesso de Helem Moreira não ocorreu no dia 09 de outubro de 2019 por questões não divulgadas, até a conclusão da minha pesquisa.

4.2 UM VIOLÃO EM SILÊNCIO: MAYARA AMARAL

Mayara sempre chamou atenção da família, devido sua aptidão pelas artes, começou a estudar violão ainda adolescente, era a caçula entre quatro filhos de um funcionário público e uma costureira, segundo seu pai Alziro Amaral, a então menina nunca teve violão de brinquedo, seu primeiro instrumento foi um violão profissional.

Violonista formada em 2011, no curso de música da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em Campo Grande, ela foi uma das integrantes do quarteto Pétalas de Pixe, formado apenas por mulheres e dedicado à produção de pop-rock regional. Na época de sua morte, além dos vários projetos que estava envolvida também fazia parte, com mais outras quatro mulheres, da banda Vacas Profanas.

Em sua dissertação de mestrado em Música pela Universidade Federal de Goiás, Mayara optou por tratar da história de mulheres na música, pesquisa que ela intitulou de “A mulher compositora e o violão na década de 1970: vertentes analíticas e contextualização histórico-estilística”. A musicista era professora de artes na Escola Municipal Professor Arlindo Lima, em Campo Grande, e estava se preparando para cursar o doutorado no Programa de Pós-Graduação de Música da Unicamp.

Em entrevista ao site do G1.COM, o pai de Mayara desabafou sobre a perda da filha: “A Mayara era meiga, era uma pessoa tranquila, sabe? Então, não dá para entender isso aí. Quero que os responsáveis por esse crime bárbaro paguem na Justiça” (AMARAL, 2017). Um sarau foi realizado em homenagem a Mayara no dia 26 de agosto de 2017 em Porto Alegre, entre os que se faziam presentes estava a violonista da OSPA, Gabriela Vilanova, que também tocou no evento, falou da importância daquele encontro e sua significância em prol das mulheres. “Estou aqui, não é só porque a Mayara era do nosso meio. É pela mobilização contra o feminicídio. Não importa se a Mayara era empregada doméstica, costureira, jornalista, isso tem que acabar. É uma questão de conscientização. Eu estou aqui porque uma mulher foi morta” (VILANOVA, 2017).

Mayara Amaral foi assassinada por Luís Barbosa, técnico em informática que tinha um relacionamento com a vítima. Logo depois da prisão de três homens

acusados da morte da musicista, dentre eles, Luís Barbosa, que depois acabou confessando que cometeu o feminicídio sozinho, a revista Veja realizou uma entrevista com ele, o que me chamou bastante atenção, tanto pela imagem de Luís vinculada à reportagem como pela chamada e a legenda da matéria: A confissão do assassino de Mayara: “Fui movido pelo ódio” (VEJA, 2017).

Foto 3 - ENCARCERADO - O assassino de Mayara: “À noite, eu grito por Deus”



Fonte: VEJA (2017)

Luís Barbosa aceitou somente o convite da revista Veja para falar sobre o caso da morte de Mayara, a chamada da reportagem citada disponível na edição digital do dia 15 de agosto de 2017 foi acompanhada de uma foto de Luís (Foto 3) com uma expressão de sofrimento de mãos algemadas com cabelo raspado e a seguinte legenda abaixo da imagem: “ENCARCERADO - O assassino de Mayara: “À noite, eu grito por Deus” (VEJA, 2017).

A foto de Luiz Barbosa transmite para os leitores da revista uma informação ao que tudo indica tem o intuito de despertar a piedade do leitor. “Uma foto, como uma sequência cinematográfica ou televisiva, é um texto que pode ser decifrado através do recurso a diversas metodologias” (RIAL, 2007, p. 27).

Quando o núcleo interno da revista Veja resolve publicar a entrevista com Luís Barbosa atrelado a uma imagem tão impactante e cheia de significados fica perceptivo, que há na sociedade brasileira uma necessidade comum de se explicar o crime de feminicídio através da ótica do assassino. Quer seja no intuito de suavizar o crime ou mesmo para mostrar como as vítimas são de alguma forma responsáveis por sua morte.

Atílio Avancini afirma que: “o jornalismo é configurado como arena discursiva que reflete marcas de enunciação político-ideológica” (AVANCINI, 2016, p. 12), sendo assim, a cultura machista do Brasil, que em muitas vezes é sustentada pelos meios de comunicação tende a usar um discurso tendencioso cheio de pré-conceitos e misoginia nas questões de violência contra a mulher.

Em alguns trechos da entrevista é possível notar que certas perguntas induzem os leitores a concluir que a ação cometida por Luiz foi impulsiva, motivada pelo uso excessivo de drogas e pelo comportamento de Mayara.

Fui movido pelo ódio, porque tínhamos discutido e ela debochou da minha namorada. Chamei-a de vagabunda e ela me bateu. Tive um ataque de fúria tinha bebido e cheirado. Depois que tudo aconteceu chorei por mais de duas horas seguidas (VEJA, 2017).

Mayara foi assassinada a marteladas e teve seu corpo queimado por Luís, em uma tentativa de se livrar do “problema” os fatos levam a crer que o crime foi premeditado, visto que, o assassino estava munido de um martelo e que já tinha receptores para vender os produtos que havia roubado de Mayara. A irmã de Mayara, Pauliane Amaral, na época do crime utilizou as redes sociais para publicar um desabafo, quando fez a publicação Pauliane ainda não tinha conhecimento que o crime tinha sido cometido somente por Luís Barbosa:

Minha irmã caçula, mulher, violonista com mestrado pela UFG e um dissertação incrível sobre mulheres compositoras para violão. Desde ontem Mayara Amaral também é vítima de um crime que parece cada vez mais banal na nossa sociedade: o FEMINICÍDIO. Crime de ódio contra as mulheres, contra um gênero considerado frágil e, para alguns, inferior e digno de ter sua vida tirada apenas por ser jovem, talentosa, bonita... por ser mulher. Em nenhuma matéria na imprensa vi essa palavra – feminicídio – talvez porque seja difícil para uma sociedade ter a consciência de que mais uma vez falhou e uma mulher, uma jovem professora de música de 27 anos, foi outra vítima da barbárie de homens que não podem nem serem considerados humanos. Foram três, três homens contra uma jovem mulher. Um deles, Luís Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, por quem ela estava cegamente apaixonada, atraiu-a para um motel, levando consigo um martelo na mochila. Lá, ele encontrou um de seus comparsas. Em uma das matérias que noticiaram o crime os suspeitos dizem que mantiveram relações sexuais com minha irmã com o consentimento dela. Para que o martelo então, se era consentido? Estranhamente, nenhuma das matérias aparece à palavra ESTUPRO, apesar de todas as evidências. Às vezes tenho a sensação de que setores da imprensa estão tomando como verdade a palavra desses assassinos. O tratamento que dão ao caso me indigna profundamente. Quando escrevem que Mayara era a “mulher achada carbonizada” que foi ensaiar com a banda, ela está em uma foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia “namorado” hiper-sexualizam a imagem dela. Quando a

notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia. Quando falam da inspiração de Mayara, associam-na com a história do pai e avô e a foto muda: é ela com o violão, porém com sua face cortada. Esse tipo de tratamento não representa quem minha irmã foi. Isso é desumanização. Por favor, tenham cuidado, colegas jornalistas [...] (AMARAL, 2017, p. 9).

Entrevistar um feminicida e trazer tantos elementos nessa narrativa de perguntas que busquem atenuar o *modus operandi* do crime constitui uma prática manipulativa que induz o leitor a acreditar que a vítima foi de alguma forma merecedora da ação sofrida. A legenda que acompanha a foto: “À noite, eu grito por Deus”, tem um apelo, tem um significado que claramente remete a dor e sofrimento, essa forma corriqueira de se comunicar uma notícia inevitavelmente passa a fazer parte da construção da memória social, e novamente podemos constatar que a ótica masculina em muitos casos prevalece nos crimes de feminicídio.

No caso da entrevista em questão, entrevistado e entrevistador apresentam a versão do crime, e de certo para muitos leitores essa é a única versão de que terão conhecimento, apesar de uma mulher ter sido morta a marteladas e queimada, a imagem de “sofrimento” do criminoso ainda é priorizada, ao que me parece uma tentativa que visa neutralizar de alguma forma a ação do feminicida quando o mesmo apresenta elementos que “justifiquem” seu crime. “A fotografia constrói na memória modelos, sensações e sentimentos através de suas cores, formas e conteúdo” (BARBOSA, 2007, p. 33).

Quando tomou conhecimento da reportagem da revista *Veja* realizada com o assassino de sua irmã, Pauliane novamente se pronunciou via redes sociais:

A revista *Veja* publicou uma entrevista com um dos assassinos de minha irmã, Mayara Amaral. A entrevista faz parte de uma matéria maior, que não foi disponibilizada para os leitores online, apenas na versão impressa (ou seja, o acesso à matéria completa é significativamente mais restrito). O título escolhido para a matéria é “A verdadeira história”. Será que essa nova versão do crime articulada entre Luís Alberto Bastos Barbosa visando claramente escapar da acusação de latrocínio pode ser chamada de “a verdadeira história”? É triste pensar que o repórter Ulisses Campbell, o qual minha mãe, apesar da dor de seu luto, tão bem recebeu em nossa casa em Campo Grande, tenha dado um espaço para as mentiras do assassino e se esquecido de dar voz à minha mãe, que conversou com ele por várias horas. Antes de se despedir da minha mãe Ulisses disse que sábado a entrevista com ela seria publicada e frisou: “Pode ficar tranquila dona Ilda, vamos fazer uma matéria bem bonita sobre sua filha”. Infelizmente, a prioridade por cliques se sobressaiu ao compromisso de contar a verdadeira história, uma história que não muda a cada nova estratégia arquitetada pelo criminoso e seu advogado” (AMARAL P. , 2017, p. 1)

A revolta de Pauliane com a entrevista realizada com Luís, assassino confesso de Mayara é legítima, além da observação que ela faz do título “A verdadeira história”, que de alguma forma induz o leitor a concluir que essa é a única história, visto que, a vítima não tem como contar os fatos o fato do jornalista Ulisses Campbell e sua equipe optarem por contar a história de uma musicista, professora, com projetos importantes para as mulheres na música, que foi brutalmente assassinada, através da versão de seu assassino Luís Barbosa, que em vários momentos tenta reduzir a imagem de Mayara a de uma “ficante” sem nenhuma importância, definitivamente é revoltante.

Luís Barbosa foi a julgamento em março de 2019, onde foi condenado a 27 anos de prisão. A promotora do caso, Aline Lopes, declarou que a verdadeira vitória seria se não existissem feminicídios para serem julgados e completa sua fala dizendo que no mês de março já tinha realizado outros três julgamentos de feminicídio naquele tribunal.

A defesa de Luiz Barbosa apresentou um laudo apontando que o réu é considerado psicopata e que no dia que matou Mayara estaria sob efeito de drogas sendo assim não poderia assumir a responsabilidade pelo crime, tese que não foi aceita pelos jurados. A morte de Mayara representa uma grande perda para cultura e música do país pois as pesquisas que a musicista estava realizando já se destacavam por sua competência e autenticidade. O violão de Mayara foi silenciado, mas sua obra permanecerá viva na história da música brasileira.

4.3 O PEDIDO DE SOCORRO NÃO ATENDIDO - ELIZA SAMUDIO

Eliza Silva Samudio nasceu em 1985, na cidade de Fox do Iguaçu. Desde pequena gostava de bola e chegou a ser goleira no time de futebol de salão da sua cidade. Quando completou 19 anos, a então jogadora foi para cidadã de São Paulo tentar a carreira de modelo, um sonho que ela nutria há um tempo.

Já na cidade de São Paulo, frequentava os espaços de futebol com constância, o que não seria de se espantar já que sempre foi fascinada pelo esporte, segundo vários veículos da mídia, Eliza frequentava esses espaços em busca de um jogador para casar. Depois da descoberta pela imprensa que a vítima já tinha

trabalhado em filmes pornográficos, ela virou um alvo perfeito para o sensacionalismo em vários veículos de informação.

Ao pesquisar a vida de Eliza também tive muita dificuldade em encontrar alguma reportagem que contasse um pouco da história dessa mulher. Para muitos meios de comunicação, Eliza se tornou a vítima que “fez por merecer o fim que teve”, a sociedade brasileira é extremamente preconceituosa, para muitos uma atriz de filmes de cunho adulto não merece ter história, não merece estar viva.

No ano de 2009, Eliza Samudio concedeu entrevista ao Jornal Extra, em um vídeo que foi publicado no youtube; no vídeo citado ela relata as ameaças feitas por Bruno Fernandes e seus comparsas. Eliza estava grávida de Bruno e ele queria que ela abortasse o filho, como ela se recusou em fazer o aborto começou a sofrer ameaças. O apelo feito por Eliza de nada adiantou, em 2010 ela foi assassinada e seu corpo nunca foi localizado.

Os detalhes do desenrolar do crime são de uma crueldade assustadora. As versões dos fatos ocorridos no cativeiro para onde ela foi levada, localizado em um sítio na região de Minas Gerais, ainda hoje, nove anos depois do crime, são desconhecidas.

A partir da confissão de algumas pessoas que participaram direta e indiretamente da morte de Eliza, pode-se saber que após o sequestro dela junto com seu filho, eles a mantiveram em cárcere privado, a moça era constantemente torturada, depois de alguns dias ela foi morta e segundo relatos do próprio Bruno Fernandes, após ter sido esquartejada, teve partes do seu corpo oferecidas para alimentar cachorros.

Diante as inúmeras reportagens sobre o crime durante os anos que se seguiram, a que mais me chamou atenção foi à entrevista da revista Placar realizada com Bruno Fernandes, o assassino de Eliza.

Foto 4 – “Me deixem jogar”



Fonte: PLACAR (2014)

Bruno Fernandes estampa a capa da revista Placar na edição 1389 de abril de 2014. A foto dele com seu nome escrito em letras maiúsculas e logo abaixo as seguintes informações: ‘Me deixem jogar’, mostram um Bruno vitimando.

A imagem e a frase que compõem a entrevista comunicam para além da reportagem anunciada, a reflexão sobre os símbolos que compõem essa imagem e legenda são bem significativas, pode-se notar o apelo feito na pedindo que o deixem jogar, o rosto de Bruno em destaque junto com seu nome escrito em destaque são formas de comunicação que convidam e instigam a imaginação do leitor para no mínimo ouvir as justificativas do assassino.

O apelo do feminicida é mais uma tentativa de se mostrar frágil diante das circunstâncias que ele mesmo criou. Uma das mensagens que esse tipo de reportagem transmite explicitamente é mostrar que feminicidas como Bruno, precisam ser compreendidos e perdoados, ou seja, novamente a tentativa de minimizar o feminicídio é utilizada pela mídia em prol do criminoso.

O promotor de justiça Tribunal do Júri do Fórum de Contagem (MG), Henry Vagner Vasconcelos de Castro, deu uma declaração afirmando que a condenação de Bruno deveria servir de exemplo para que outros crimes como esse nunca mais aconteçam.

Ele é um anti-herói, um falso ídolo, que espero que o júri, inclusive, tenha a percepção da necessidade da condenação desse sujeito para um exemplo dessa geração, para que este tipo de mal não se reproduza na percepção dos jovens. Porque nós não podemos aceitar que os jovens compreendam que, bastando ter dinheiro e sabendo fazer bem feito um crime, é possível que um criminoso escape da repressão da Justiça (CASTRO, 2017, p. 9).

Um tempo depois que essa entrevista foi publicada uma montagem com a foto de Eliza Samudio em uma capa fictícia da revista Placar foi publicada na internet. A publicitária Rosiane Pacheco junto com uma amiga criou essa capa se utilizando do mesmo recurso da capa original com Bruno Fernandes. O nome em letras maiúsculas seguidas da frase: “Eu queria ter visto meu filho crescer”, foi uma resposta muito bem articulada por Rosiane e sua amiga em resposta a aos idealizadores da reportagem com Bruno.

Foto 5 – “Eu queria ter visto meu filho crescer”



Fonte: PORTAL IMPRENSA (2014)

Assim como Eliza muitas mulheres no Brasil não puderam criar seus filhos, a violência de gênero não só mata a vítima como também desestrutura aqueles que fazem parte de sua convivência, a morte de uma mulher vítima de feminicídio é também a sentença de sofrimento de muitas pessoas.

Bruno assassinou Eliza, mãe de seu filho, com altas doses de crueldade. Vale ressaltar que ele não cometeu o crime sozinho, sendo assim uma única mulher foi submetida aos meios mais grotescos de tortura por mais de uma pessoa, uma mulher que estava na fase do puerpério, o que inclui o fato de ela estar

amamentando seu bebê, nem Bruno nem seus comparsas se solidarizaram com a situação de Eliza, mas a mídia insiste em criar uma atmosfera de piedade quando se trata de homens que matam mulheres.

No ano de 2013 ocorreu o julgamento do crime cometido contra Eliza, no terceiro dia das oitavas, Bruno Fernandes resolveu contar detalhes do que ocorreu no dia da morte de Eliza.

O Jorge falou comigo que o Macarrão foi até o Mineirão, e conversou com uma pessoa no orelhão e naquele momento começou a seguir um cara de moto até uma casa na região de Vespasiano e lá entregou Eliza para um rapaz chamado Neném, e que lá um rapaz perguntou para Eliza se ela era usuária de drogas, segurou a mão dela e pediu para que Macarrão amarrasse as mãos dela para frente, e deu uma gravata nela. E o Macarrão ainda chutou as pernas de Eliza. Foi o que o Jorge me falou, e que ainda tinha esquartejado o corpo dela, tinha jogado o corpo dela para os cachorros comerem. (FERNANDES, 2013, p. 1).

A história de vida de Eliza a torna vulnerável, visto que fazemos parte de uma sociedade que condena mulheres que não possuam uma conduta considerada “correta”. Em “A Dominação Masculina” Pierre Bourdieu (2012) observa que a dominação de gênero é uma ação corporificada, ou seja, o corpo é o lugar em que as disputas de poder se inscrevem e nessas disputas as mulheres ainda hoje vão levando desvantagens.

Bourdieu (2012) confirma uma realidade comum a muitas sociedades, a noção de que o espaço do corpo feminino é “lugar” de posse dos homens. Quando Bruno resolve que Eliza precisa ser eliminada de fato, existe uma relação de poder e domínio sobre esse espaço que o corpo de Eliza ocupa. O extermínio de mulheres é uma das formas de punição impostas por alguns homens que consideram que certas mulheres não são dignas de respeito e consideração.

Bruno de Fernandes foi condenado há 22 anos e 3 meses pelo assassinato e ocultação de cadáver de Eliza Samudio e também pelo sequestro e cárcere privado do filho. Em 18 de julho de 2019, ele ganhou o direito à progressão de pena julgado na 1ª Vara Criminal de Execuções Penais de Varginha. Também no ano de 2019, Bruno Fernandes voltou a jogar bola pelo time de Poços de Caldas FC, time da terceira divisão de futebol de Minas Gerais. O filho de Eliza e Bruno é criado pela avó materna, Sônia Samudio, ao saber da volta de Bruno aos campos declarou que

estava apavorada com a ideia do assassino de sua filha se tornar ídolo de alguma criança.

Muito provavelmente Bruno foi recebido por alguns dos membros do time com um habitual tapinha nas costas, em sinal de solidariedade por ele poder voltar a jogar. Em um dos comentários postado em uma rede social divulgado pelo portal BHAZ, sobre a volta de Bruno ao futebol, consta o de um homem que aconselha o jogador a ter cuidado com as “Marias Chuteiras” e também o parabeniza pela volta aos campos.

O retorno de Bruno aos campos, com direito a comemoração é uma afronta à memória das mulheres vítimas de feminicídio. A morte de Eliza e a recente ascensão de Bruno são fatos mostram que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que as mulheres tenham seus direitos respeitados no Brasil.

Os casos de feminicídio veiculados pela mídia, aqui selecionados, são exemplos da propagação e confirmação da “naturalização” da subjugação da mulher pelo homem, tornando-a alvo de violência e do machismo advindos de uma cultura patriarcal. A imprensa tende a reforçar estereótipos e padrões morais, promovendo um movimento de culpabilidade da vítima, exposição de imagens de modo arbitrário que induzem os leitores a acreditarem na responsabilidade da própria vítima em sua morte.

Uma das principais causas dos crimes de violência e assassinatos de mulheres é a naturalização da desigualdade de gênero essa prática faz com que o homem se sinta no direito de possuir, controlar e decidir sobre o direito de viver ou morrer da mulher. Eliza, Helem e Mayara entraram para a estatística de morte de mulheres no Brasil e, mesmo sendo vítimas de feminicídio, continuam sendo julgadas por uma sociedade que não se importa com a segurança das suas mulheres.

5 CONCLUSÃO

Lembro nitidamente de uma vizinha do mesmo prédio onde eu morava quando criança, ela apanhava constantemente do marido, todos moradores do

prédio e dos arredores ouviam o espancamento que aquela jovem mãe de dois filhos era submetida diariamente. Algumas vezes eu cruzava com ela no playground e por alguns momentos podia vê-la sorrindo, lembro que ela fumava bastante e que seu marido era um homem calado e sério que não falava com absolutamente ninguém.

Certo dia, eu estava saindo de casa e dei de cara com ela e sua mãe, o rosto da moça estava completamente desfigurado e ela não parava de chorar, sua mãe estava do seu lado segurando seu braço ajudando ela a andar. Foi muito rápido o momento que elas passaram por mim, mas aquela imagem nunca saiu da minha cabeça, eu fiquei em choque, era difícil entender o porquê de aquela mulher apanhar tanto e porque ninguém fazia nada para ajudá-la. Isso ocorreu em meados dos anos 80, mas hoje, em 2019, ainda é comum ver esse tipo de crime acontecer em todos estados do país, nos mais diversos lares brasileiros, pois independente de classe social e profissão, a violência contra mulher no Brasil é uma chaga aberta pulsante, infelizmente sem previsão de cura.

Em 2018 um dos candidatos ao principal cargo do poder executivo do país, declaradamente machista, misógino, racista, homofóbico. Ganhou as eleições para presidência do Brasil. Jair Bolsonaro tornou-se umas das maiores representações do poder masculino hegemônico nos mais variados aspectos sociais.

Em uma de suas ações mais absurdas ainda quando era deputado em 2003, chamou uma colega de trabalho, a deputada Maria do Rosário, de “vagabunda” diante das câmeras. Em outro momento, no ano de 2014, falou dessa mesma colega, destacando sua aparência e dizendo que pelo fato de ser feia não merecia ser estuprada: “Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece” (BOLSONARO, 2014).

Em nenhum dos episódios citados Jair Bolsonaro mostrou algum tipo de arrependimento de suas ações. No início de 2019 a justiça determinou que o presidente Bolsonaro realizasse o pagamento de R\$10 mil por danos morais a deputada vítima de suas ofensas, Maria do Rosário. Ele também foi obrigado pela justiça a fazer uma retratação pública pelas declarações realizadas em 2014 contra a deputada.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) realizou no ano de 2014 um levantamento de estupros nas unidades federativas do país, por grupo de 100 mulheres. O estupro é um crime hediondo e a maioria das vítimas desta ação são

mulheres. Portanto, além de ofender a deputada Maria do Rosário, Bolsonaro ofende todas as pessoas que já foram vítimas de estupro, e todas as mulheres do país potencialmente vulneráveis a essa violência.

Verifica-se que as regiões Norte e Sul do país foram as que apresentaram os maiores índices de registro de ocorrência de estupro em todo o país. Individualmente, é possível destacar Acre, Mato Grosso do Sul e Roraima, cujas taxas de registro de ocorrências de estupro por 100 mil mulheres são superiores ao dobro da taxa de outros estados. Espírito Santo, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Norte apresentaram, em 2014, taxas de estupro inferiores à metade da taxa média nacional. Esse dado isolado, entretanto, não permite que se afirme de forma segura que nesses estados ocorrem, relativamente, menos casos de estupro, tendo em vista que algumas variáveis podem influenciar nos níveis de registro dessas ocorrências. Aspectos culturais devem ser considerados, como a tolerância social à violência contra as mulheres, objeto de avaliação realizada, em 2014, pelo IPEA, e índices de subnotificação da violência e da prevalência entre seus tipos, realizada, em 2015, pelo Instituto DataSenado (FBSP, 2018, p. 15).

A eleição de Bolsonaro mostra o quanto é forte e aceitável na cultura brasileira ações violentas contra as mulheres. A violência de gênero tem respaldo político no país, que conseqüentemente também reverbera na forma que os meios de comunicação lidam com a violência contra as mulheres.

Considerada como o 4ª poder, é incontestável a força da mídia que domina e dissemina as formas de relações e conseqüentemente impõe padrões morais e de comportamento às estruturas sociais, muitas vezes são influências que introjetamos de forma imperceptível, mas outras vezes de forma explícita e consciente, aliada a essa força existe a necessidade comum de buscar informação pelo ser humano. Uma necessidade social, que na atualidade tem sido uma prioridade, uma estratégia de sobrevivência no mundo da tecnologia de informação.

Diante dessa realidade, ao longo do tempo os veículos de informação foram se adequando às demandas de mercado e passaram a criar um comportamento social, muitas pessoas desenvolveram tamanha dependência de informação em tempo real que só saem de casa após ouvir o noticiário da manhã, ou seja, a mídia ganhou status de oráculo.

Jornais e revistas, por informarem constantemente sobre os fatos regionais e internacionais, contribuem em alto grau para fornecer aos leitores uma

determinada visão da realidade em que vivem. Dessa maneira, transmitem os elementos fundamentais para a formação de um conceito da sociedade e do papel que cada um deve exercer nela. Por trabalhar com fenômenos apresentados de maneira aparentemente objetiva, como se fosse a mera e simples apresentação dos fatos puros, tais como realmente ocorreram, adquire uma aparência de neutralidade que assegura a confiança da maioria dos leitores. Mas essa neutralidade não é real (GARCIA, 1989, p. 23).

A mídia tem uma longa história com a forma que trata às mulheres. Até 1980, as mulheres eram praticamente consideradas culpadas pela própria morte. Na década de 90 do século XX, a mídia mudou o seu comportamento, sua linguagem passou a ideia de neutralidade, deixando a impressão de que apenas relata o fato. Essa mudança ocorre em época em que a sociedade dá início a criação de Leis e reconhece alguns direitos das mulheres, principalmente aqueles decorrentes das lutas dos movimentos feministas. A relação entre mídia e assassinatos das mulheres desde muito tempo tem suscitado debates.

A superexposição do corpo feminino, a pouca presença de representatividade feminina em segmentos midiáticos voltados para programas esportivos, de produtos considerados como “coisas de homem”, ou de produtos naturalmente tidos como demandas femininas, são algumas das discussões que várias frentes feministas têm levantado e criticado. Essa atitude midiática tem contribuído para a “naturalização” das violências e transformado a mulher e suas demandas em produtos da sociedade de consumo.

Como denunciou a diretora da ONG britânica Object, Roz Hardie, “A representação da mulher na mídia é uma parte do corpo da mulher que tem sido usado fora de controle” (HARDIE, 2015, p. 1). A afirmação de Hardie pode ser constatada na medida em que analisamos as reportagens apresentadas nesta pesquisa, ou seja, às narrativas, imagens, entrevistas escolhidas para se noticiar crimes de feminicídio, que em nada colaboram para diminuição desse tipo de crime, uma forma de escrita que vem se perpetuando com o tempo e reafirmando a desigualdade de gênero. Roz Hardie acredita que o processo de objetificação da mulher contribui para violência de gênero:

Não diríamos que objetificação sexual seja a causa da violência contra mulheres. Mas o que nós acreditamos de fato é que quando você começa a ver as mulheres como objetos, que servem simplesmente para o sexo, fica

mais fácil justificar abusos e violências contra elas e pensar que isso de alguma maneira está correto (HARDIE, 2015, p. 1).

Diante desse cenário, tratar de feminicídio e mídia é tratar também de anos de opressão feminina diante da presença masculina. Ampliando o olhar, as novas formas de se comunicar, a exemplo das redes sociais, em geral, têm provocado mudanças significativas na forma de propagar e apresentar um fato, ou de vender um produto no mercado. Essa mutação midiática muito tem haver com o fato de muitas mulheres reivindicarem a igualdade entre os gêneros, reivindicações que em muitos casos enfrentaram resistência do mercado e da sociedade. Algumas dessas reivindicações só foram atendidas depois de muita luta, e em muitos casos foram adequadas às necessidades e exigências da própria lógica do mercado.

Em contraponto ao cenário brasileiro de feminicídio, a Islândia figura como “o melhor lugar do mundo para ser mulher” com medidas voltadas para igualdade de gênero. O país se destaca por equiparação salarial entre homens e mulheres e a licença maternidade tem o mesmo prazo da licença paternidade. Atualmente o país é liderado por uma mulher, Katrín Jakobsdóttir. Todas essas conquistas foram realizadas com a contribuição do movimento feminista. Em matéria assinada pela jornalista, Laura Paddison, para a página de notícias da HuffPost US, ela apresenta dados da equiparidade de gênero no mercado de trabalho da Islândia:

Em matéria de igualdade no trabalho, a Islândia não hesitou em formalizar os avanços, convertendo-os em lei – algo que muitos outros países evitam fazer, preferindo abordagens voluntárias à reeducação da disparidade de gênero. Apesar da resistência inicial das empresas, o país implementou cotas de gênero compulsórias nos conselhos de direção de empresas. Pelo menos 40% dos membros dos conselhos precisam obrigatoriamente ser mulheres. E essa lei vem funcionando bem. Hoje as mulheres constituem 43% dos conselhos das maiores empresas de capital aberto do país (a cifra equivalente nos Estados Unidos é 21,7%) (PADDISON, 2019, p. 3).

Outro dado apresentado na reportagem de grande relevância é a garantia de creches subsidiadas pelo Estado e o incentivo a licença-maternidade e paternidade compartilhada entre pai e mãe, práticas que se mostram eficientes dentro das disparidades entre homens e mulheres mundialmente falando. O bom exemplo da Islândia no que tange à igualdade de gênero ainda se mostra distante do Brasil.

Helem Moreira, Mayara Amaral e Eliza Samudio, as vítimas de feminicídio que inspiraram essa pesquisa, além de terem suas histórias de vida resumidas em

poucas linhas das matérias analisadas, tiveram suas vidas expostas em uma espécie de pré-julgamento social. Como já apresentado neste estudo, para muitos segmentos midiáticos as histórias de mulheres vítimas de feminicídio antes da sua morte parece não existir, o que também pode ser confirmado no capítulo dois, onde apresento reportagens referentes aos crimes cometidos contra Amanda Bueno, Daiane Reis, Lucilene Galdino e Mayara Esthefani Araujo.

Portanto, podemos concluir nessa pesquisa que a sociedade brasileira se apresenta como uma nação extremamente machista, misógina, racista, homofóbica e cheia de preconceitos legitimados por representantes ditos conservadoras e que acreditam prezar pela moral e bons costumes da família tradicional. Representantes do Estado em sentido lato senso, que são coniventes com o feminicídio das mais variadas formas e que naturalizam essas mortes.

Nesse contexto o papel de vários setores da mídia têm sido também o de publicizar e colaborar para que diferenças de gênero continuem a ser perpetuadas e que homens continuem a ter o direito prioritário de resposta para defender sua “honra ferida”. Nota-se certa passividade comungada pelos brasileiros em relação ao que a mídia apresenta como verdade, sendo assim, as lutas impetradas por movimentos de mulheres e os demais que visam proteger as mulheres (e os grupos considerados minoritários), fazem-se mais que necessário no combate às diferenças de gênero.

É extremamente importante que os veículos de informação busquem uma nova forma de apresentar os fatos, que mostre que mulheres assassinadas não são culpadas por terem suas vidas ceifadas, mas que a sociedade brasileira precisa assumir essa responsabilidade e se reeducar para que homens e mulheres vivam com equidade em todas as instâncias sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AKOTIRENE, Carla. Sobre amor e Cor. **A Tarde**. 2016. Disponível em: < <https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1776557-sobre-amor-e-cor> > Acessado em: 01 jan. 2019.

AMARAL, A. "Não dá pra entender", diz pai de musicista assassinada em motel de Campo Grande. **G1 Mato Grosso do Sul**, 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/nao-da-pra-entender-diz-pai-de-musicista-assassinada-em-motel-de-campo-grande.ghtml> Acesso em: 10 de ago de 2017.

AMARAL, Pauliane. Irmã de jovem morta a marteladas em motel desabafa. **Metrópoles**. 2017. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/policia-br/irma-de-jovem-morta-a-marteladas-em-motel-desabafa/amp> >. Acesso em 05 de ago de 2017.

_____. Irmã de Mayara Amaral, violonista morta em Campo Grande, critica matéria da Veja com assassino. **DCM**. 2017. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/irma-de-mayara-amaral-violonista-morta-em-campo-grande-critica-materia-da-veja-com-assassino/>. Acesso em 05 de ago de 2017.

ANNE, Caroline Lima. Meu corpo, minhas regras? Uma análise da dominação dos corpos femininos em uma perspectiva foucaultiana. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5022, 1 abr. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/56142>. Acesso em: 7 nov. 2018.

AUGUSTA, Laura. Racismo afeta saúde da população negra, apontam estudiosas. **A TARDE**. 2017. Disponível em: < <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1915701-racismo-afeta-saude-da-populacao-negra-apontam-estudiosas> > Acessado em: 01 jan. 2019.

AVANCINI, Atílio. (FOTO) Jornalismo renova conceitos e práticas. **Jornal da USP**. 2016. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/artigos/fotojornalismo-renova-conceitos-e-praticas/> > Acessado em: 02 de fev 2018

AVOZDACIDADE. Femicídio no Brasil é um alerta para progressão indesejável. **Jornal a Voz da Cidade**. 2019. Disponível em: < <https://avozdacidade.com/wp/feminicidio-no-brasil-e-um-alerta-para-progressao-indesejavel/> > Acessado em: 15 de abr 2019.

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. **Rev. Estudos Feministas**. Dossiê Mulheres Negras. v. 3, n. 2, 1995.

BANDEIRA, Lourdes. Femicídio: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher. **Compromisso e atitude**. 2013. Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/feminicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contr-a-mulher-por-lourdes-bandeira/> > Acessado em: 04 de jan. 2018.

_____. Pesquisa Aponta Motivos para os Agressores cometerem Crimes Contra as Mulheres. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/08/08/interna_cidad_esdf,699603/pesquisa-aponta-perfil-de-agressores-de-mulheres.shtml> Acessado em: 08 de ago. 2018.

BARBOSA, Camila Martins. **Fotografia E Memória: Uma Análise Semiótica De Imagens Do Século XX**. (Monografia) Bacharel em comunicação Social. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. 2007.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, v. 2. 1975.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. 1 ed. São Paulo: Unesp. 2011.

BOL. **Noivo matou dançarina de funk após descobrir que ela foi stripper**. Site Bol. 2015. Disponível em: < <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2015/04/23/noivo-matou-dancarina-de-funk-apos-descobrir-que-ela-foi-stripper.htm> > Acessado em: 15 de abr de 2019

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 11 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11. 340 - Lei Maria da Penha**. 2006.

BRASILIA. Dia da Mulher: HBr. relembra os casos das 28 vítimas de feminicídio em 2018. **Jornal de Brasília**. 2019. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/dia-da-mulher-jbr-relembra-os-casos-das-28-vitimas-de-feminicidio-em-2018/> Acessado em: 22 de mai de 2019.

CASHMORE, E. **E a televisão se fez!** São Paulo: Summus. 1998

CASTRO, Henry Vagner Vasconcelos de. Caso Eliza Samudio. **Compromisso e atitude**. 2017. Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/caso-eliza-samudio> >. Acessado em: 05 de jul de 2017

CERQUEIRA, Rafael. **Relacionamento Abusivo: sair do ciclo de violência não é tão simples como parece**. 2018. Disponível em: < <https://www.mpba.mp.br/noticia/41517> > Acessado em: 06 de fev. 2019.

CHAKIAN, Silvia. Especialistas Discutem as Raízes da Violência Contra a Mulher. **Estadão**. 2016. Disponível: <<https://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/especialistas-discutem-as-raizes-da-violencia-contra-a-mulher/>> Acessado em: 26 de jul. 2017.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em Filosofia**, Porto alegre: ARTMED. 2011.

CORREIO. Cerca de 40% das mulheres que denunciam violência não voltam à delegacia. **Correio**. 2019. Disponível em: < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cerca-de-40-das-mulheres-que-denunciam-violencia-nao-voltam-a-delegacia/> > Acessado em: 12 de jul de 2019

_____. Taxista diz que vídeo íntimo motivou morte de pedagoga em Vera Cruz; ele se entregou. **Correio**. 2017. Disponível em: < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/taxista-diz-que-video-intimo-motivou-morte-de-pedagoga-em-vera-cruz-ele-se-entregou> >. Acessado em: 28 de jun 2018

COUTINHO, Iluska. **Colunismo e Poder: Representação nas páginas de jornal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sotese, 2005.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO. **Homem mata companheira a facadas por ciúmes**. Diário do Nordeste. 2012. Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/homem-mata-companheira-a-facadas-por-ciumes-1.830787?page=3> > Acessado em: 29 de jul de 2019.

ECO, Umberto. 6 ideias memorável do escritor Umberto Eco sobre redes sociais. **Época**. 2016. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/02/5-frases-memoraveis-do-escritor-umberto-eco-sobre-redes-sociais-e-tecnologia.html> > Acessado em: 05 de mar de 2017

ELUF, Luiza Nagib. Talvez eu absolvesse a Dorinha Durval. **Rev. ISTOÉ GENTE**. 2002. Disponível em: < https://www.terra.com.br/istoegente/148/reportagens/capa_paixao_luiza_nagib.htm > Acessado em: 14 de out. 2019.

_____, **A Paixão no Banco dos Réus**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007

ESCOBAR, Juliana Lúcia. **A internet e a democratização da informação – proposta para um estudo de caso**. 2005. Disponível em: < www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1363-1.pdf >. Acesso em: 08 Nov. 2016.

FBSP. **Fundação Brasileira de São Paulo**. 2018. Disponível em <http://www.senado.gov.br/institucional/datasetenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018> >. Acesso em: 2 de out de 2019.

FERNANDES, Bruno. Emocionado, Bruno descreve assassinato de Eliza Samudio. **SRZD - Sidney Resende**. 2013 Disponível em <http://www2.sidneyrezende.com/noticia/202711+emocionado+bruno+descreve+assassinato+de+eliza+samudio> >. Acesso em 21 de abr de 2019.

FERNANDES, Daniela. Dependência econômica impede que vítimas deixem parceiros violentos, diz estudo. **BBC**. 2010. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/07/100716_violenciadomestica_ss > Acessado em: 02 de abr de 2017.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi... Posso Contar**. 2 ed. Fortaleza: Armazem da Cultura. 2012.

FONTELE, Mariana. A imagem da mulher na mídia: é preciso repensar os papéis. **Edelman**, Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <https://edelman.com.br/post/a-imagem-da-mulher-na-midia-e-preciso-repensar-os-papeis/>. Acesso em: 10 de abr. de 2019.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. São Paulo: Brasiliense. 1989.

G1. **Marido mata mulher grávida por ciúmes após encontrar mensagens no WhatsApp**. G1 Bahia. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/marido-matou-mulher-gravida-por-ciumes-apos-encontrar-mensagens-no-whatsapp-diz-policia.ghtml> > Acesso em: 12 de fev de 2018.

HARDIE, Roz. Ao representar mulher como objeto, mídia ajuda a justificar abusos. **Mulheres socialistas**. 2015. Disponível em: < <http://www.mulheressocialistas.org.br/ao-representar-mulher-como-objeto-midia-ajuda-a-justificar-abusos-diz-pesquisadora-britanica/> >. Acessado em: 06 de jun de 2018.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ATLAS, da violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**. Brasília. 2017. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253 > Acessado em: 12 de fev. 2018.

KOLLONTAI, Verinha. **A desumanização das vítimas de feminicídio**. Feminicídio sem demagogia original. 2016. Disponível em: < <https://feminismosemdemagogia.wordpress.com/2016/11/15/a-desumanizacao-das-vitimas-de-feminicidio> > Acessado em: 16 de out. 2016

LADEIRA, Francisco Fernandes. A mídia realmente tem o poder de manipular as pessoas?. **Observatório da Imprensa**, 2015. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-midia-realmente-tem-o-poder-de-manipular-as-pessoas/> > Acessado em: 04 de fev. 2018

LIBENCE, Paula. A representação social da mulher negra nos programas de TV: do estereótipo à sexualização. **Geledés**. 2014. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/representacao-social-da-mulher-negra-nos-programas-de-tv-estereotipo-sexualizacao/> > Acessado em: 13 de ago. 2014.

MANSSUR, Maria Gabriela. **Violência Doméstica e a Autonomia Financeira das Mulheres**. Conjur, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-30/mp-debate-violencia-domestica-autonomia-financeira-mulheres> > Acessado em: 02 de fev. 2019.

MARTINS, Helaine. **Racismo, presente**. Think Olga. São Paulo. 2018 Disponível em: < <https://thinkolga.com/2018/03/21/racismo-presente> > Acessado em: 16 de out. 2019.

MEIONORTE. Homem surta com ciúmes e mata a própria esposa com ácido sulfúrico. **O MeioNorte**. 2019. Disponível em: < <https://www.meionorte.com/policia/homem-surta-com-ciumes-e-mata-a-propria-esposa-com-acido-sulfurico-367954> >. Acessado em: 2 de ago 2019.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação & Informação**, v. 8, n. 1. 2005. Disponível em: < <https://doi.org/10.5216/c&i.v8i1.24592> > Acessado em: 09 de jan. 2018

ODARA. Instituto da Mulher Negra. Nota de Pesar. **Odara**. 2017. Disponível em: < <https://institutoodara.org.br/nota-de-pesar-helem-moreira-presente/> > Acesso em 23 de set de 2017.

_____. Terminei, mas ele não aceitou. **Correio**. Disponível em: < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/terminei-mas-ele-nao-aceita-disse-pedagoga-a-amiga-antes-de-ser-morta-pelo-marido/> >. Acesso em 10 de set de 2017.

OLMA. Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida. **Seminário: Mulheres Negras Movem o Brasil - Visibilidade e Oportunidade**. 2018. Disponível em: < <http://olma.org.br/2018/12/13/tema-seminario-mulheres-negras-movem-o-brasil-visibilidade-e-oportunidade/> > Acessado em: 12 de fev. de 2019.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Branca para casar, mulata para “F” e negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

PADDISON, Laura. Por que a Islândia é o melhor lugar do mundo para ser mulher. **Huffpost**. 2019. Disponível em: < https://www.huffpostbrasil.com/entry/melhor-pais-mulheres_br_5c8998e6e4b0450ddae71693 >. Acessado em: 05 abr 2019.

PEREIRA, Claudia Nolasco de Abreu. **Violência contra a mulher e mídia: um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do município de Macaé/RJ**. Universidade Federal Fluminense. 2011 Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4976/1/TCC%20CLAUDIA%20NOLASCO.pdf> > Acessado em: 02 de fev. 2019

PEREZ, Livia. **Documentário quem matou Eloá**. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4lqlaDR_GoQ . Acesso em 29 de out. de 2018.

PIEROBOM, Thiago. Diálogos: Violência Contra a Mulher e Femicídio. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d-1c_z1sagw. Acesso em: 05 abr. 2018.

PIMENTEL, Rodrigo. Mídia foi ‘Criminosa e Irresponsável’ no caso Eloá. **Portal Terra Magazine**, São Paulo. 2008. Disponível em: < <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3270057-EI6578,00-Pimentel+midia+foi+criminoso+e+irresponsavel.html> > Acesso em: 06 de ago. 2012.

PORTAL IMPRENSA. Capa da "Placar" com ex-goleiro Bruno revolta feministas, que criam versão alternativa. **Portal Imprensa: Jornalismo e Comunicação na Web.** 2014. Disponível em: < http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/65470/capa+da+placar+com+ex+goleiro+bruno+revolta+feministas+que+criam+versao+alternativa >. Acessado em: 06 de jun de 2017

QUILOMBO ILHA. **Nota de pesar.** Vera Cruz - Ba. 09 de jun. de 2017. Facebook: quilomboilhaoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=268996613442320&set=a.233286560346659.1073741827.100009959490068&type=3&theater>. Acessado em: 2 jul. 2017

RADFORD, J.; RUSSELL, D. E. H. **Femicide the politics of woman killing.** Great Britain, Open University Press, 1992

RAIZES. Masculinidade tóxica. **Portal Raízes.** 2019. Disponível em: < <https://www.portalraizes.com/masculinidade-toxica/> >. Acesso em 4 de nov de 2019.

RARA, Preta. **Preta Rara: Racismo na Infância.** 2017. Disponível em: < <http://midianinja.org/pretarara/racismo-na-infancia/> > Acessado em: 03 de mar. de 2018.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrificio na guerra do iraque. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 15, n. 1. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a09v15n1.pdf> > . Acesso em: 31 de ago. 2014.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista internacional dos direitos humanos.** ed. 24. 2016. Disponível em: < <https://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/> > Acessado em: 01 jan 20189

ROMIO, Jaqueline Aparecida Ferreira. **Femicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2017. Disponível: < http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/330347/1/Romio_JackelineAparecidaFerreira_D.pdf > Acessado em: 05 de jan. 2018

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo.** Recife: S.O.S Corpo. 1993. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919> > Acessado em: 05 de jan. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANEMATSU, Marisa. Mulheres tem Partes do Corpo Mutiladas pelos ex-Companheiros. **Folha de São Paulo,** São Paulo. 2015. Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/fundadora-do-instituto-patricia-galvao-fala-a-folha-de-s-paulo-sobre-violencias-extremas-contra-mulheres-folha-de-s-paulo-03112015/> > Acesso em: 10 de jan. 2018.

SANTOS, Gilvan Macêdo dos. **A Discriminação do Gênero Homem no Brasil em face à Lei Maria da Penha.** São Paulo: Decisum. 2017.

SEGATO, Rita L. Femigenocídio como crime em el fuero internacional de los Derechos Humanos. La lucha por el derecho como contienda en el campo discursivo. In SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SOBRINHO, Danilo Agrimani. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus. 1995

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. ed. 4. São Paulo: Mauad, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2004.

SOUZA, I. R. D. ; XIMENES, J. M. ; SOUZA, I. R. . A percepção do condenado sobre a violência contra a mulher: a dominação na cultura de gênero. **Revista Brasileira De Ciências Criminais** , v. I, p. 140, 2017.

THURLER, Liési Ana. Femicídio na Mídia e Desumanização das Mulheres. **Revista Observatório**, Palmas. v. 3, n. 6. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4249/11663>> Acessado em: 06 de fev. 2018.

VEJA., Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Rev. Veja**. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>> Acesso em: 18 de out de 2018

_____, Fui movido pelo ódio. **Rev. Veja**. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/fui-movido-pelo-odio>> Acessado em: 25 de ag de 2017

VILANOVA, Gabriela. Quem é Mayara Amaral. **Sul21**. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/08/quem-e-mayara-amaral-sarau-conta-outra-historia-da-violonista-vitima-de-femicidio/>>. Acesso em 11 de set de 2017.

VIVEROS, Heredita Antônio Marcos. A Maria da Penha me Transformou num Monstro. **ISTOÉ GENTE**. 2011. Disponível em: <https://istoe.com.br/121068_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+/> Acessado em: 05 de jan. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. 1 ed. Brasília: FLACSO Brasil. 2015

WERNEK, Jurema. Ouçam as vozes das mulheres negras para transformar a sociedade. **Brasil de Fato**. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/28/oucam-as-vozes-das-mulheres-negras-para-transformar-a-sociedade-alerta-werneck/>> Acessado em: 05 de jan. 2019

_____. **II Diálogo Nacional sobre Violência Doméstica**. Rio de Janeiro. Fundo Fale sem Medo- AVON. Rio de Janeiro, 14 de abr. de 2016. Disponível em:

<<http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/noticia/violencia-domestica-contras-mulheres-negras-cresce-no-pais/15913/>> Acessado em: 05 jan. 2019